

Juliana Couto Fazio de Albuquerque Lira

**Reconfiguração identitária de jovens rurais como estratégia de inclusão social:
a experiência dos Agentes de Desenvolvimento da Comunicação na
microrregião da Bacia do Goitá - PE**

Recife, 2012

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –
POSMEX

Juliana Couto Fazio de Albuquerque Lira

**Reconfiguração identitária de jovens rurais como estratégia de inclusão social:
a experiência dos Agentes de Desenvolvimento da Comunicação na
microrregião da Bacia do Goitá - PE**

Recife, 2012

Juliana Couto Fazio de Albuquerque Lira

**Reconfiguração identitária de jovens rurais como estratégia de inclusão social:
a experiência dos Agentes de Desenvolvimento da Comunicação na
microrregião da Bacia do Goitá - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para obtenção do título de mestre, sob orientação da Prfa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Recife, 2012

Juliana Couto Fazio de Albuquerque Lira

**Reconfiguração identitária de jovens rurais como estratégia de inclusão social:
a experiência dos Agentes de Desenvolvimento da Comunicação na
microrregião da Bacia do Goitá - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) DA Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para obtenção de título de mestre, sob a orientação da professora Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Banca Examinadora

Prfa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida - UFRPE
(Orientadora – examinadora interna)

Profa. Dra. Maria Salett Tauk Santos – UFRPE
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Manuel Tavares – Universidade Lusófona - Portugal
(Examinador externo)

Recife, ----- de ----- de 2012

À juventude, que vivencia tempos e espaços de forma especial.

O clima geral das revisões é que o processo histórico de descontextualização das identidades e de universalização das práticas sociais é muito menos homogêneo e inequívoco do que antes se pensou, já que com ele concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e das práticas. (SOUSA SANTOS, 2010:144)

AGRADECIMENTOS

Hoje consigo ver com mais clareza o caminho que percorri para construir este trabalho e vejo que nunca estive sozinha nesta caminhada. Assim, aproveito este espaço para agradecer de coração a todos que, direta ou indiretamente, seguiram este percurso comigo.

Primeiramente agradeço a Deus pela minha saúde e perseverança. Agradeço também a minha professora orientadora, coautora e, acima de tudo, amiga Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, que sempre fez da orientação momentos equilibrados entre instigação intelectual e conversas amigáveis com sabor de café.

A esta banca examinadora, obrigada pela acuidade da leitura e pelas contribuições, que vieram desde a qualificação e contribuíram de forma significativa para este texto final.

Aos professores do Posmex, que sempre demonstraram entusiasmo com as descobertas dos alunos, à coordenação do Programa e aos funcionários de modo geral que estão sempre nos bastidores prontos a ajudar.

À minha família, que me ensinou valores e a importância de uma conduta ética, em especial à minha mãe, Maria Helena, que me ensinou a amar os livros.

À dupla dinâmica, minha sogra dona Helena e tia Linda, que estavam sempre de prontidão para resolver qualquer problema logístico que viesse interromper meus estudos. Muito obrigada. À tia Edla, pelas conversas estimulantes, obrigada.

Agradeço também às minhas colegas de sala pela solidariedade, troca de informações e encontros descontraídos. Agradeço especialmente à Auta Laurentino, minha amiga em todos os momentos, com quem pude compartilhar dúvidas e conquistas.

Conforme descrevo neste trabalho nossas identidades são múltiplas e variadas, neste sentido reconheço que muitas vezes minha identidade de estudante e pesquisadora se sobrepôs a identidade de mãe e esposa. Assim, quero fazer um agradecimento muito especial a meu marido Fábio Lira, que sentiu minhas dores e vibrou com minhas vitórias e que se esforçou para proporcionar junto a nossos filhos, Letícia e Arthur, um ambiente equilibrado para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço também ao Giral, que foi sempre muito receptivo, aos jovens ADC que permitiram a investigação de seus cotidianos, meus agradecimentos.

Infelizmente não é possível citar aqui todas as pessoas que direta ou indiretamente trilharam este caminho comigo, ou mesmo os que cruzaram rapidamente este percurso, mas a todos vocês faço um agradecimento sincero.

RESUMO:

Os jovens rurais que vivem na região da Bacia do Goitá, Zona da Mata Norte Pernambucana participaram, em 2008 e 2009, de um Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC), a partir desse curso ficaram conhecidos como jovens ADC. Eles parecem associar a ideia de uma prática comunicativa mais consciente a uma maior inclusão social. A valorização da comunicação como direito humano permitiu que esses jovens, dentro de uma sociedade estruturada no silêncio, reconfigurassem suas identidades. Assim, nosso objetivo é analisar os processos de reconfiguração identitária dos jovens ADC como estratégia de inclusão social. Especificamente queremos compreender como os jovens articulam os processos de identificação com uma maior inserção social. Para isso partimos do levantamento bibliográfico das categorias eleitas: Iremos estudar juventude rural à luz de Wanderley (2007), Castro (2009) e Carneiro (2007); trabalharemos com identidades na perspectiva de Dubar (2005 e 2006), Hall (2006 e 2009), Bauman (2005) e sobre inclusão social faremos referência às teorias de Sawaia (2009), Xiberras (1993). Os caminhos metodológicos utilizados voltam-se para histórias de vida tópica, pois essas permitem uma melhor compreensão das subjetividades do narrador, permitindo nosso acesso ao imaginário em que as representações são elaboradas. Cientes de que as narrativas nunca serão a verdade sobre os fatos, analisaremos os relatos na perspectiva da Análise de Discurso (AD), pois essa privilegia a compreensão dos sentidos produzidos pelos discursos e isso nos ajudará a compreender o lugar de fala dos jovens. Essa construção teórica foi a chave de leitura da realidade observada a qual possibilitou a construção de alguns apontamentos. Assim, a pesquisa sinaliza para o fato de que os jovens precisam construir uma autoimagem que o permita circular no campo das atividades laborais; a reconfiguração identitária operada pelos jovens não foi parte de um projeto de transformações sociais, mas sim processos individualizados de distinção dentro da ordem social vigente. A identificação de si como jovem rural está implícita no universo cultural em que os jovens ora abraçam, ora rejeitam.

Palavras chave: juventude rural, identidade, inclusão social.

ABSTRACT

Them rural youth living in the region Bacia do Goitá, Pernambuco Zona da Mata Norte participated in 2008 and 2009, a Training Course for Agents Development of Communication (ADC), as this course became known as the young ADC. They seem to associate the idea of a communicative practice more aware of the greater social inclusion. The value communication as a human right has allowed these young people within a society structured in silence, reconfigurassem their identities. Thus, our goal is to analyze the processes of identity reconfiguration of the young ADC as a strategy for social inclusion. Specifically we want to understand how young people articulate the processes of identification with a greater social inclusion. For this we start from the literature of the categories defined: We will study rural youth in the light of Wanderley (2007), Castro (2009) and Carneiro(2007); work with identities in the context of Dubar (2005 and 2006), Hall (2006 and 2009), Bauman (2005) and on social inclusion we will refer to the theories of Sawaia (2009), Martins(2002). The methodological procedures used to return life histories, because these allow a better understanding of the subjectivity of the narrator, allowing us to access the imagery in which the representations are made. Aware that the stories will never be the truth about the facts, analyze the reports from the perspective of discourse analysis (DA), since this favors the understanding of the meanings produced by the speeches and this will help us understand the place of speech of the young.

Key-words: rural youth, identity, social inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise de Discurso

ADC – Agentes de desenvolvimento da comunicação

CID – Centro de Democratização da Informática

CIP – Conjunto Integrado de Projetos

EIC – Escolas de Informática e Cidadania

Giral – Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG – Organização não Governamental

Serta – Serviço de Tecnologia Alternativa

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: JUVENTUDE RURAL, IDENTIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	22
1.1 JUVENTUDE RURAL	22
1.2 IDENTIDADE	26
1.3 COMUNICAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO E CRISE DAS IDENTIDADES SIMBÓLICAS	29
1.4 IDENTIDADE DE SUJEITO	34
1.5 ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL	35
Capítulo 2 : DESENHO DA PESQUISA	43
2.1 MÉTODO ESCOLHIDO	43
2.2 OBJETIVOS	46
2.3 <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	47
2.4 SUJEITOS DA PESQUISA	50
2.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	50
2.6 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	51
Capítulo 3 : HISTÓRIAS DE VIDA: JUVENTUDE E COTIDIANO ENTRE A CIDADE E O CAMPO	53
3.1 RELAÇÕES FAMILIARES E COTIDIANO	55
3.2 JUVENTUDE, TRABALHO E AUTONOMIA	60
3.3 IDENTIFICAÇÃO DE JUVENTUDE PELOS JOVENS	64
3.4 O QUE PENSAM OS JOVENS SOBRE O MUNDO RURAL?	65

3.5 O QUE SIGNIFICA SER AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO	71
3.6 “O QUE FALAR QUER DIZER?”	76
CONCLUSÕES	79
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE	89
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida neste trabalho gira em torno do que se tem estudado como juventude rural. A academia vem se debruçando sobre esse tema há pouco tempo, mais ou menos a partir dos anos 1990 (CASTRO, et. al, 2009), e sobre juventude rural especificamente, a menos tempo que isso. Desse modo, temos visto que a produção acadêmica sobre juventude rural, principalmente no Nordeste brasileiro, ainda é tímida. Há pesquisadores que tem se dedicado mais profundamente nessa discussão, Maria Nazareth Wanderley (2007) e Elisa Guaraná de Castro (2007, 2009), são leituras obrigatórias nesse campo.

Ao estudar sobre a juventude rural percebemos que alguns temas são mais recorrentes, como: a questão do êxodo rural, da herança da unidade de produção familiar (BRUMER, 2007), e o envolvimento dos jovens com os movimentos sociais de luta pela terra (CASTRO, 2009)¹. Em menor quantidade, porém mais atualizados têm sido os estudos sobre as novas tecnologias da comunicação entre os jovens rurais, como demonstra a pesquisa de Tauk Santos (2009). A juventude rural referida nesta pesquisa não faz parte de um movimento social de luta pela terra, não é herdeira de uma unidade familiar agrícola. Na sua maioria, moram na sede dos municípios, mas, em consonância com a pesquisa de Tauk Santos, fazem uso das novas tecnologias da informação. A exemplo da temática de “juventude rural conectada” vemos a emergência de estudos sobre juventude rural dentro de outras perspectivas, que possibilite a ampliação da compreensão que se tem sobre essa categoria.

A esse respeito, vimos alguns trabalhos que também sentiram a necessidade de estudar a juventude rural sob outras perspectivas. Assim, nos últimos três anos encontramos algumas dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), que trazem novas abordagens sobre juventude rural. Silva (2010) apresentou “A voz e a vez dos jovens da Bacia do Goitá: arte, cultura, folkcomunicação e desenvolvimento local na experiência do projeto Sanfona cultural em Pombos – PE.” A pesquisadora utiliza as teorias da folkcomunicação para compreender as apropriações das manifestações

¹ Observar Anexo A. Tabela que demonstra como, entre 1960 e 2007, a categoria juventude rural está inserida numa problemática, mais ou menos dentro dos mesmos temas.

culturais por jovens agentes culturais e como isso contribuiu para o desenvolvimento local. Porém, foi no ano de 2011 que floresceram as pesquisas sobre juventude rural no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Queiroz (2011) apresentou a pesquisa de título “Redes sociais, juventude rural e desenvolvimento local: apropriação de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri cearense.” Pires (2011) estudou sobre “Extensão e juventude rural: a experiência dos agentes promotores da agroecologia (APAs) no sertão do Araripe de Pernambuco.” Silva (2011) realizou sua pesquisa sobre “Juventude rural e políticas de extensão rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco.” Esse estudo fez uma análise das políticas públicas de extensão rural para jovens rurais, no âmbito das atividades não agrícolas e revelou, entre outras coisas, que apesar dos avanços das políticas públicas para os jovens rurais, ainda há um grande obstáculo que é o fato dessas políticas pensarem o jovem como alvo, como beneficiários e não como ator social. Soares (2011) defendeu a dissertação de título “A inserção de jovens rurais na economia solidária sob a perspectiva do desenvolvimento local: análise da experiência da cooperativa de adolescentes e jovens do setor de artesanato do meio rural do município de Ouricuri, Pernambuco.” O estudo buscou analisar a inserção dos jovens rurais na economia solidária no diálogo com o desenvolvimento local, a partir de um estudo de caso. Constatou que os elementos ora se aproximam da prática solidária existente na cooperativa ora se distanciam e um dos fatores para o distanciamento é a “prática de submissão à liderança ou aos demais cooperados a tomarem parte das decisões do grupo.” (Idem, p.86).

Essas pesquisas demonstram o predomínio de estudos sobre o desenvolvimento local a partir da ação de jovens rurais, evidenciando a emergência de se considerar essa categoria dentro de processos de emancipação social e política. Essa reflexão se desdobrou em algumas questões: O que leva um jovem a ter uma prática participativa na sua localidade? Será que as políticas públicas promovem, de alguma forma, a inclusão desses jovens?

Entretanto, foi a tese de doutoramento de Maria Assunção de Paulo (2009) que mais nos ajudou no amadurecimento do foco desta pesquisa. Sob o título “As construções das identidades e diferenças entre jovens rurais e urbanos em um pequeno município.”, a pesquisa evidencia a necessidade de conhecer melhor a

categoria “juventude rural” e para isso propõe um estudo de identidades. A partir da discussão teórica sobre rural/urbano, a autora se apoia na perspectiva dialética do rural/urbano em que concebe o rural a partir de uma relação de continuidades e descontinuidades. Assim, através de um estudo etnográfico sobre as práticas, sentidos e significados dos usos e espaços urbanos pelos jovens de zonas rurais, a autora constatou que é na relação com o espaço onde se marca a diferença para construir a identidade, ou seja, os espaços não são vivenciados da mesma forma pelos jovens rurais e por jovens urbanos.

Nesta perspectiva, nos voltamos a fazer uma análise pontual da juventude rural na Região da Bacia do Goitá, Zona da Mata Pernambucana, que participou de um Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC) promovido por uma ONG que atua na região. A ONG Giral desenvolveu o projeto com o objetivo de promover o protagonismo juvenil. A partir do princípio de “Comunicação como direito humano” a instituição promoveu, não só uma formação técnica, como também ofereceu oportunidade para que o jovem desenvolvesse competências na luta por direitos. No momento da pesquisa, nos encontramos com esses jovens terminando o ensino médio, alguns já concluíram, e estão procurando emprego na área para qual tiveram formação.

Observamos que a dificuldade de encontrar emprego na área de comunicação não frustrou a perspectiva de futuro desses jovens, como ocorre normalmente quando as expectativas não são correspondidas. Então, percebemos que os jovens deram outro sentido ao curso, o qual não foi apenas uma qualificação ou profissionalização, mas antes uma oportunidade de vivenciar experiências capazes de engendrar processos de reconfiguração identitária.

Diante dos achados da pesquisa decidimos que um estudo sobre identidade de jovens rurais possibilita um outro olhar para essa categoria na perspectiva do sujeito. Isto é, o jovem rural, geralmente é identificado como o “herdeiro da unidade de produção familiar”, o “migrante”, ou “ativista de um movimento social de luta pela terra”, mas os jovens ADC não se identificam dessa forma. Assim, nossa investigação parte da identidade conferida de jovens rurais para uma identificação dos jovens rurais por eles mesmos.

A especificidade do objeto de estudo – reconfiguração identitária dos jovens ADC- impõe cautela em relação às generalizações, pois não tem a pretensão de formar um panorama sobre a juventude rural, mas sim de demonstrar que a diversidade do mundo rural é tão ampla que impõe ao pesquisador outros olhares. Neste sentido trazemos um estudo sobre a reconfiguração identitária de jovens rurais de um determinado lugar, que viveram uma determinada experiência.

Dentro da subjetividade que emerge do tema, decidimos trabalhar com as “histórias de vida tópica” dos jovens rurais porque acreditamos que essas pessoas, através de suas crenças e ações, são capazes de transformar suas sociedades e histórias, tornando-se, em nossa concepção, protagonistas dos fatos sociais, ou melhor, “pessoas extraordinárias” (HOBBSAWN, 1998).

Diante disso, partimos das seguintes questões: Em que medida a reconfiguração identitária dos jovens ADC (Agentes de Desenvolvimento da Comunicação) pode ser uma estratégia de inclusão social? Disso seguiram-se outras questões: Para os jovens o que significa ser agente de desenvolvimento da comunicação? Qual a relação entre a reconfiguração identitária dos jovens e a reprodução social vivida no seu cotidiano?

Sendo assim, o jovem ADC (Agente de Desenvolvimento da Comunicação), ou seja, os jovens egressos do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, que nos referimos como jovens ADC, são os sujeitos da pesquisa.

O Projeto de Formar Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, desenvolvido em 2008 e 2009, nasceu de uma necessidade identificada pelos coordenadores da ONG Giral (Grupo de informática, comunicação e ação local). Isso foi expresso na fala de um deles:

Trabalhamos com comunicação porque é uma temática pouco discutida na região. Nós somos a única instituição que forma jovens e discute a comunicação como direito humano na região. Daí a necessidade de trabalhar com esse tema. É no interior onde os crimes, a perseguição e negação de direitos acontece diariamente. Acreditamos que podemos melhorar essa situação a partir da intervenção consciente e qualitativa dos jovens.

Nesse discurso percebemos o desejo de mudar uma realidade historicamente silenciada, assim como, a compreensão da comunicação como viabilizadora de mudanças sociais, como um direito que possibilita a melhoria das condições de vida.

A ONG Giral (Grupo de informática, comunicação e ação local) é uma instituição sem fins lucrativos que surgiu da união de alguns jovens participantes de outros projetos oferecidos por outra instituição chamada SERTA (Serviço de tecnologia alternativa) na região. Inicialmente, esses jovens se preocupavam com a questão da inclusão digital, a partir disso se mobilizaram e articularam parcerias com sua instituição de origem SERTA, com o Centro de Democratização da Informática (CID), com as Escolas de Informática e Cidadania (EIC) e com as Casas da Juventude. O surgimento do Projeto de Desenvolvimento de Agentes da Comunicação (ADC) está bem explicado no relato de experiência a seguir:

Em 2007 a Fundação Kellog traz à Bacia do Goitá o Conjunto Integrado de Projetos (CIP), iniciativa que, em parceria com ONGs locais e prefeituras municipais, realiza projetos de inclusão digital na região. Nesse contexto nasce o Projeto Comunicação e Inclusão Digital, que se propõe a atuar junto a adolescentes e jovens, priorizando fortalecer a juventude para que atue como protagonista do direito humano à comunicação na Região da Bacia do Goitá.

A proposta visa qualificar jovens para formação de uma rede de comunicadores que possa mobilizar diretamente a população para enfrentamento às desigualdades sociais, mobilização social, atuação nas políticas públicas, articulação de parcerias e estratégias de desenvolvimento local. A formação da rede vai possibilitar a realização de campanhas para educação e sensibilização da comunidade sobre seus direitos e valorização da cultura local, utilizando os diversos veículos de comunicação comunitária e comerciais parceiros. Além da formação de agentes de desenvolvimento da comunicação (ADCs) o projeto apoia ações de rádio comunitárias e estruturas núcleos de comunicação nos quatro municípios da Bacia do Goitá, nos quais os jovens se reúnem para vídeos debates, exibição de vídeos na comunidade, entre outras ações.²

Ainda de acordo com esse relato o objetivo do projeto de formação de ADC é “[...] fortalecer a capacidade criativa, inquietações, conhecimentos e aprendizagens promovendo transformações sociais a partir das tecnologias da informação e

² REIS, Mariana. Relato de experiência apresentado na Segunda Conferência de Mídia Cidadã. Recife. 2008.

comunicação” (idem). Para isso, os jovens³ desenvolviam as atividades em ciclos de aprendizagem de cidadania e oficinas técnicas em impresso, rádio, fotografia e audiovisual. Participavam das aulas semanalmente nos municípios, nos quais atuavam nas rádios comunitárias, mobilizavam a comunidade através de pesquisa, campanhas e debates, além disso elaboravam vídeos e jornais comunitários. A cada encontro semanal (dois por semana) eles compartilhavam suas experiências, trocavam idéias e de volta aos municípios multiplicavam seus novos saberes.

O curso de formação de ADC, cujo direito humano à comunicação tornou-se seu princípio, proporcionou a dessacralização dos meios de comunicação e os democratizou. Isso permitiu uma acessibilidade que modificou o cotidiano daquela região, pois a interação mais intensa com os processos de produção midiática possibilitou a abertura de um espaço de enfrentamentos políticos, sociais, culturais, entre outros.

Os programas de rádio, que ainda hoje vão ao ar nos sábados, são elaborados em grupo, cada qual em seu município, onde discutem sobre temas relevantes para comunidade como, violência, direitos do consumidor, gravidez na adolescência, orientações para participação de alguma campanha, tratam de temas, que eles chamaram de “polêmicos”, e às vezes, acompanham datas comemorativas do calendário. Os programas sempre dão espaço ao ouvinte através de enquetes. Os jovens que fazem os programas se preparam, pesquisam e estudam, principalmente através da internet. Dentre os jovens ADCs que se formaram em 2008 e 2009, apenas uma jovem permanece fazendo o programa em Glória do Goitá, em Lagoa de Itaenga, segundo informação dos jovens, o programa permanece, mas com outras pessoas também ligadas ao Giral, porém fomos informadas que os programas não são mais realizados nos municípios de Pombos nem de Feira Nova.

Ao final de 2008 formou-se a primeira turma de ADC e ao final de 2009 formou-se a segunda, ao todo foram 48 jovens. Durante o ano de 2010 o Giral tentou manter esses jovens articulados, alguns estagiaram na própria ONG, outros participaram de encontros para discussão de uma formação cidadã, houve também eventos de mobilizações, passeatas em prol da juventude ou dos direitos humanos.

³ No Anexo B há algumas fotos dos jovens ADC

Em 2011, o Giral conseguiu aprovar o Projeto de Formação de ADC, para mesma região, através de outra instituição financiadora, porém fez algumas modificações, e acrescentou nos objetivos: geração de renda.

A região da Bacia do Goitá é formada por quatro municípios: Glória do Goitá, Feira Nova, Lagoa de Itaenga e Pombos. Esses pequenos municípios fazem parte do meio rural, pois de acordo com Wanderley (2007, p.22)

(...) são, também, freqüentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercendo as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades.

Entretanto, ressalta a autora, devido à própria dimensão desses municípios, há limites a “uma verdadeira experiência da vida urbana” (idem.).

Diante de nossas indagações e inquietações, iniciamos nossa pesquisa com o mapeamento bibliográfico das categorias eleitas. Elencamos o referencial teórico da seguinte forma: para o estudo sobre juventude rural são relevantes as leituras de Wanderley (2000), Maria José Carneiro (2007) e Elisa Guaraná de Castro (2008). Compreender os processos de construção identitária da juventude rural de hoje pressupõe uma explanação sobre sociedade globalizada. Dentro dessa categoria apresentamos a discussão de Boaventura de Sousa Santos (2005) sobre global/local, e ainda a representação do espaço rural, pelo que tem sido chamado de novas ruralidades, por Del Grossi e Graziano (2002). No que diz respeito a estudos sobre identidade, utilizamos Hall (2009), Dubar (2006), Bauman (2005) e Castells (2008), esses autores trazem uma nova abordagem sobre identidade, num contexto de sociedade globalizada, isso permite um estudo das reconfigurações identitária operadas pelos jovens ADC, essas leituras nos levaram às observações de Sader (1988) acerca de identidade de sujeito a qual fez emergir a questão das reconfigurações identitárias como estratégia de inclusão social. Vimos que a compreensão sobre inclusão parte de uma explicação da exclusão, então estudamos inclusão/exclusão à luz de Sawaia (2009) e Leal (2004). O aprofundamento nessas leituras trouxe à tona o fato de que os jovens não reconfiguravam suas identidades com propósitos coletivos de mudança social, mas sim para incluir-se numa ordem social vigente. Desse modo, a articulação entre a

investigação empírica e o aporte teórico nos levou a um estudo sobre reprodução social realizado à luz de Bourdieu (1980, 2008, 2011)

As ferramentas teórico-metodológicas de histórias de vida tópica se fundamentam nos estudos de Gonzaga (2006), Minayo (2008). Em relação à análise dos dados utilizamos Análise do Discurso à luz de Orlandi (1999) e Fairclough (2001). Cientes de que a observação direta também faz parte da metodologia, dirigimos nosso olhar para o cotidiano a partir das leituras de Certeau (2008) e Thompson (1998).

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos e uma conclusão.

Capítulo I - **Juventude rural, identidade e inclusão social.** Trata da constituição teórica da pesquisa, onde construímos a ideia de que a reconfiguração identitária dos jovens ADC foi uma estratégia de inclusão social e não de mudanças sociais como propunha o curso de formação. Para isso, analisamos as identidades conferidas dos sujeitos da pesquisa, isto é, ser jovem e rural. Desse modo, partimos de uma identificação pré-concebida com intuito de verificar como esses sujeitos se identificavam. Essa questão faz parte de um processo mais amplo sobre identidade em que discutimos: identidade para si, identidade para o outro, identidade narrativa, crise das identidades simbólicas e identidade de sujeito. Em seguida tivemos de entender porque a reconfiguração identitária dos jovens poderia ser uma estratégia de inclusão social e assim, mergulhamos nas teorias da inclusão/exclusão. E por fim, levantamos a possibilidade de que a estratégia de inclusão concebia uma inserção no mundo social sem a pretensão de alterá-lo para que tornasse mais inclusivo, o que exigiu nossa atenção à teoria de reprodução social.

Capítulo II – **Desenho da pesquisa.** Refere-se ao desenvolvimento metodológico que orientou a pesquisa, baseada em procedimentos qualitativos, cujo método escolhido foi de histórias de vida tópica por acreditarmos que essa possibilita a investigação dos significados subjetivos, o que é imprescindível numa pesquisa sobre identidade. Neste capítulo expomos também os objetivos, o *lócus* da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta dos dados e os instrumentos de análise dos dados. Este último baseia-se na disciplina interpretativa de Análise do Discurso (AD).

Capítulo III - **Histórias de Vida: juventude e cotidiano entre a cidade e o campo.** Traz as análises e reflexões sobre as principais categorias apresentadas nas histórias de vida dos jovens ADC. Cientes de que os “ocultamentos e distorções são inevitáveis” (SZYMANSK, 2010, p.13) no discurso dos jovens a utilização da AD nos ajuda a compor uma interpretação não só do que está dito no primeiro plano, mas também do não dito, do silenciado, e do interdiscurso presentes nos relatos de vida desses jovens. Convém lembrar que a interpretação feita por esta pesquisa é uma, dentre várias, leitura possível da realidade.

CAPÍTULO I

Juventude rural, identidade e inclusão social.

1.1 Juventude Rural

Iniciamos nossa explanação a partir da adjetivação da juventude como sendo rural, ou seja, de uma identidade conferida a esses jovens. Se partirmos das persistentes imagens sobre o mundo rural, o veremos como em oposição ao mundo urbano. Isto é, a imagem do campo associada a uma forma natural de vida e ao mesmo tempo de atraso, enquanto que a ideia de cidade é associada à ideia de centro de realizações, de saber, etc. Assim, cairemos nos estereótipos. Para fugir disso, concordamos com Raymond Williams (2011, p.21) ao afirmar que:

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.

Então, para compreendermos o que é ser jovem no meio rural hoje em dia, optamos por uma abordagem que relaciona o mundo rural com o global. Através dessa “perspectiva relacional” podemos observar os jovens que vivem numa sociedade em que há relações sociais de interconhecimento e, ao mesmo tempo, sofre as “dinâmicas ‘de fora’, de escala nacional ou global” (CARNEIRO, 2007, p.57). Acreditamos que isso reflete, não só, na forma de sentir, pensar e agir da juventude, mas também estabelece novas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas no mundo rural que começam a configurar um novo rural.

Segundo Del Grossi e Graziano (2002), é possível observar a nova ruralidade através do aumento demográfico no campo, o emprego de novas tecnologias na agricultura e o crescimento de novas atividades não agrícolas, além disso, o campo tornou-se um novo espaço de moradia para muitos “urbanitas”. Maria José Carneiro corrobora com a discussão em torno de “novas ruralidades” quando questiona:

Será que a industrialização da agricultura, a intensificação da comunicação entre o campo e a cidade, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso a esses meios, estariam colocando em xeque a especificidade do rural? Qual o lugar do rural num mundo globalizado, informatizado e televisado? Quais os conceitos e noções

que devemos utilizar para compreender e nomear essa **nova realidade**?...(2007,p.54. Grifo nosso)

A autora questiona se há uma “nova ruralidade”, mas concorda que há uma “nova realidade” no campo. Dentro desse quadro, Carneiro (2007) propõe uma última questão “[...] como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?” (idem)

Esse questionamento nos remete ao artigo “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.” de Wanderley (2007). Ele é o resultado parcial de uma pesquisa em que a autora traz à tona os desejos dos jovens sobre o lugar que gostariam de viver e a profissão que gostariam de exercer. No artigo, a autora define juventude como um “período de transição entre a infância e a fase adulta” (idem) culturalmente determinado, ou seja, não há limites fixos, pois o fim da juventude pode ser apontado pela gravidez, pela saída da casa paterna, etc., independente de idade.

Dentro da especificidade do mundo rural, a juventude desenvolve sua vida social na comunidade local, “a vida cotidiana dos jovens é fortemente marcada pelas suas relações com a família e com a comunidade local” (WANDERLEY, 2007,p.24). Dessa forma, surge a necessidade de analisarmos a família e o cotidiano dos jovens ADC como espaços de sociabilidade, pois entendemos que o “mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organizações, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo.” (SZYMANSK, 2003,p.27). As formas de organização, estruturação e gerenciamento das famílias são elementos constituintes das identidades desses jovens.

A especificidade do mundo rural não impede que situemos a juventude, num contexto de glocalidade, pois, como afirma Sousa Santos (2005:73) “ao nível dos processos transnacionais, da economia à cultura, o local e o global são cada vez mais os dois lados da mesma moeda (...)” Dito de outra forma, dentro de uma ordem social imposta pela globalização, precisamos entender como se processam as relações de força entre o global e o local e a convivialidade dos jovens neste contexto. A partir desse processo “intercultural” (glocal) vivido na cotidianidade

tentaremos compreender como a experiência com novos saberes de práticas comunicativas ajudaram os jovens ADC a reconfigurar suas identidades. Vamos considerar interculturalidade e glocalidade no mesmo campo semântico porque entendemos que “glocalidade” evidencia uma “interdependência entre os processos de desenvolvimento globais nos âmbitos cultural, social, econômico e político e nossas vidas cotidianas integradas localmente”(TUFTE,2010,p.52). Ou seja, essa interdependência contém uma interculturalidade. Entretanto, não concordamos que isso cause um predomínio de processos globais sobre os locais, no sentido de instaurar um processo homogeneizante e uniformizante, mas antes de enfatizar o “particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo.” (SOUSA SANTOS, 2005,p.26). Ao tratarmos a juventude rural na perspectiva da “glocalidade”, voltamos à questão levantada por Carneiro (2007): “Como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?”

No Brasil os estudos sobre juventude entraram em pauta na discussão acadêmica a partir dos anos 1990. Desde então, muitos autores procuram definir e classificar o que é ser jovem, concomitante a isso, as políticas públicas destinadas a jovens também se preocupam com os limites de entrada na juventude e saída. Sendo assim, apoiam-se no critério etário, adotado por organizações internacionais como Unesco (CASTRO,2009,p.41) que classifica a juventude como o período da vida que está entre 15 e 24 anos, ou seja, o que estabelece um “limite mínimo de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites previstos de término de escolarização formal básica (básico, médio e superior)” (CASTRO, et. al. 2009). O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) especifica a classificação da juventude rural como o período de vida que está entre 15 e 29 anos. A ampliação da classificação etária da juventude rural se refere ao julgamento de que o jovem rural demora mais tempo para inserir-se no mercado de trabalho. Essa classificação coloca o jovem numa situação transitória, em que não é mais criança na dependência dos pais, mas também não é adulto, pois ainda não conquistou autonomia. Ou seja, é visto como uma pessoa em formação que é percebida, ao mesmo tempo, como “transformadora” e “inexperiente”.

Segundo Castro (et. al. 2009) essa transitoriedade em que o jovem é classificado gera a invisibilidade da categoria. Isso é agravado pelos estudos que discutem o recorte da categoria juventude a partir de um modelo etário, geracional

ou comportamental, pois nenhum deles contempla a capacidade da juventude em “produzir uma cultura própria” (idem, p.43). O desafio que nos é colocado é, justamente, de estudar os processos de identificação de uma categoria socialmente invisível. Na tentativa de superar esse desafio, optamos por uma abordagem sobre juventude que concebe essa categoria como não invisível, ou seja, uma percepção de jovem como ator-social.

Assim, concordamos com a concepção de Martin-Barbero que, em entrevista a Tufte (2010,p.67), reflete sobre a situação do jovem hoje.

A juventude, pela primeira vez na história encontrou um espaço para si mesma na qualidade de ator social, negociando ativamente suas próprias vidas em uma realidade glocal e, ao mesmo tempo, vivendo esta oportunidade em uma época de mudanças radicais, de transformações globais, mas também de ideologias fragmentadas e ciclos e trajetórias de vida menos fixas.

Esse argumento pode ser fortalecido pela perspectiva de Castro (2007), a qual levanta a possibilidade de se trabalhar juventude como uma “categoria transversal (...) que está imersa nas configurações que envolvem classe social, etnia, gênero (...) apontamos para uma categoria diversa, mas que se identifica a partir das palavras jovem ou juventude”(CASTRO,2007,p.134). Essa concepção é muito fecunda para discutir o significado de juventude, ou, a identidade dessa “categoria” com o propósito de mudar o enfoque de políticas públicas de juventude, que geralmente trata o jovem como alvo das ações e não como atores.

Para as reflexões desta pesquisa, partimos da classificação dos jovens como rurais porque, apesar da maioria residir na sede dos municípios, e que de acordo com o “decreto lei de 1938, ainda em vigor toda sede de município ou de distrito é considerada cidade” (CARNEIRO, 2008,p.246), concordamos com José Eli da Veiga (2003) quando afirma que essa definição distorce as dimensões do “Brasil rural”. Por outro lado, interessa-nos a compreensão dos processos de construção identitária que os jovens egressos do curso de ADC (Agentes de Desenvolvimento da Comunicação) estão vivendo. Dessa forma, esperamos que, em suas narrativas, os jovens revelem como se representam, o que, em nossa opinião vai além de ser classificado como urbano ou como rural.

1.2 Identidade

Os estudos sobre identidade nem sempre estiveram em pauta nas discussões sociológicas. Segundo Bauman (2005) e Dubar (2009) o interesse por essa temática surgiu após os “trinta gloriosos”, ou seja, após os trinta anos (pós-guerra) em que o Estado-nação, associado ao modelo fordista de produção, alcançou seu ápice, nos países, chamados, desenvolvidos.

Os Estados-nação criaram mecanismos de convencimento e coerção para forjar uma identidade nacional, de modo que essa se consolidasse e se tornasse uma realidade. Através de um processo de “naturalização” da identidade, o qual foi uma convenção arduamente construída, foi possível para o Estado “legitimar a exigência de subordinação incondicional” (BAUMAN,2005:27) dos indivíduos.

Com o avanço das tecnologias e o advento da globalização, houve alterações no espaço-tempo (HARVEY,1993) que acabaram por tornar as fronteiras nacionais mais fluidas e isso começou a minar toda estrutura do Estado-nação, assim como a idéia de identidade nacional. Primeiramente porque a identidade era garantida no “interior da soberania territorial” (BAUMAN, 2005, p.26) do Estado, então se suas fronteiras perdem a rigidez, a identidade também perde. Além disso, a alteração do espaço-tempo modificou os sistemas sociais como um todo. Assim, o Estado foi deixando de ser provedor e foi tornando-se mínimo, o que provocou um sentimento de abandono e insegurança nos cidadãos, levando-os a criar verdadeiros “refúgios privados” (Idem, p.42).

A ideia de identidade fixa e irrevogável começa a entrar em crise, pois “perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável...” (Idem, p.30) É nesse momento que a identidade começa a ser alvo do olhar dos sociólogos, ou seja, “você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma outra forma”(Idem,p.23)

Segundo Bauman (2005,p.30) “a identificação se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possa pedir acesso”. Entendemos que esse “pedir acesso” pode significar o desejo de ser

incluído, de fazer parte de algo. Neste sentido, podemos inferir que ser jovem ADC significa fazer parte de um “nós” em que esses jovens sintam-se mais incluídos.

Teóricos como Hall, Dubar, entre outros, têm se debruçado sobre o estudo das identidades e as mudanças desse conceito. Hall (2006) apresenta as mudanças de concepções ao longo da história. O autor distingue três concepções: a identidade do sujeito do iluminismo, que era uma concepção mais existencialista; a identidade do sujeito sociológico, que se refere a uma concepção “interativa” da identidade do “Eu”. Essa ideia é defendida pelos interacionistas simbólicos, que acreditam que a identidade “costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2006,p.12). E a identidade do sujeito pós-moderno, que defende a ideia de uma identidade descentrada e não fixa. Assim como Hall, Dubar (2009) também faz uma distinção das diferentes conceptualizações sobre identidade. Ele apresenta três correntes sociológicas que investigam a identidade social. Na perspectiva clássica a identidade social é sinônimo de categoria de pertença objetiva (na maioria dos casos categoria socioprofissional). Segundo ele, outros teóricos afirmam que a identidade social é definida por pertenças múltiplas, como: origem cultural, sexo, moradia, geração, crença religiosa etc. E numa terceira perspectiva, a identidade social surge a partir da “análise das relações ‘subjetivas’ às categorias de identificação” (DUBAR,2009,p.12), ou seja, é preciso analisar os processos de identificação no seio de organizações específicas (idem). Isso nos mostra que o conceito de identidade acompanha a história, ele não é ahistórico.

Neste sentido, estudar identidades hoje significa compreender o contexto histórico da globalização e quais seus impactos nas identidades culturais. A globalização não é apenas um fenômeno econômico, há também as dimensões política, social e cultural. Essas outras dimensões têm revelado a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação, como afirma Sousa Santos (2005) “As telecomunicações são cada vez mais a infraestrutura física de um tempo-espaço emergente (...)”. Neste sentido, Castells (2008) desenvolve o conceito de sociedade em rede, em que as “Redes constituem a nova morfologia de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.”(2008,p.497). Esse fenômeno da sociedade em rede foi fortalecido, de certa forma, por um sentimento de abandono, pois é um fenômeno composto por

“indivíduos destituídos pelas estruturas de referências ortodoxas” (BAUMAN, 2005,p.31) que passaram a ser “eletronicamente mediados” (Idem). Numa perspectiva menos entusiástica que a de Castells (2008), mas também menos elaborada, Bauman (2005) afirma que, apesar da inegável presença, as “totalidades virtuais” são frágeis e que dificilmente conseguiriam substituir “formas sólidas de convívio social” que garantiam, ou pelo menos supostamente garantiam, o “sentimento do nós”. De acordo com essa perspectiva de Bauman, entendemos que o consenso criado pela “globalização hegemônica” de que a inclusão digital é condição para inclusão social, não deve ser um consenso.

Os efeitos dessa “globalização hegemônica” (SOUSA SANTOS, 2005) não são os mesmos em todos os lugares, como afirma esse autor, os países periféricos não usufruem, da mesma forma que os países ricos, dos benefícios da globalização, e sim de uma exclusão mais acentuada. Nessa perspectiva, a luta pela inclusão torna-se também uma luta por identidades na medida em que “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”(idem, p.75).

Os estudos sobre identidade convergem para o fato de que as estruturas fixas da modernidade (família, Estado-nação, etc) já não são mais centrais, e as transformações no espaço e no tempo (HARVEY, 1993) como, a diminuição de distâncias e simultaneidade de informações, proporcionados pelo avanço tecnológico, alteraram o sistema social, assim como a vida cotidiana, as sociabilidades e, são (espaço e tempo) “também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (HALL, 2006,p.70). As representações, por sua vez, são o cerne do processo de construção identitária. Assim, estamos vivendo num contexto em que surge uma noção de identidade menos estática.

Essa mudança de perspectiva é considerada por Dubar (2009,p.15) como um momento de crise em que

A mudança de normas, de modelos, de terminologia provoca uma desestabilização das referências, das denominações, dos sistemas simbólicos anteriores. Esta dimensão, mesmo quando é complexa e oculta, toca uma questão crucial: a da subjetividade, do funcionamento psíquico e das formas de individualidade, assim postas em causa.

Tanto Hall quanto Dubar concordam sobre a questão da “desestabilização”, o primeiro nos fala sobre como os “descentramentos” geraram identidades abertas, contraditórias, fragmentadas do sujeito pós-moderno, e Dubar demonstra que a identidade pessoal passou a ser um construto do próprio indivíduo, e não mais uma identidade herdada ou institucionalizada (DUBAR,2009,p.143).

Essa identidade construída pelo próprio indivíduo Dubar chama de “identidade narrativa”. Para ele “As questões da identidade são fundamentalmente questões de linguagem (...) identificar-se ou ser identificado não significa só ‘projetar-se sobre’ ou ‘assimilar-se a’, é antes de mais dizer-se através de palavras.”(DUBAR, 2009,p.173). Mais uma vez a perspectiva desse autor converge com o pensamento de Hall que acredita que as identidades são construídas dentro do discurso, pois as identidades constituem fontes de significado, ou seja, envolve um processo de representação constituído e identificável socialmente (HALL, 2006,p.71). Castells (2008) também corrobora com essa discussão ao afirmar que a identidade constitui fonte de significado, ou seja, é como identifico simbolicamente a finalidade de minha ação. Sendo assim, variam de acordo com a época, o lugar, no “interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” (HALL, 2006,p.109).

De certa forma, essas leituras têm nos revelado a importância da linguagem, da fala, da expressão, e da comunicação, como o elemento estruturador das identidades, pois ativam os significados dos sistemas culturais. Neste sentido, precisamos observar que práticas têm possibilitado a “fala” do jovem, seja através de uma expressão artística, através da articulação de grupos de juventude, ou de sua interação com a rede.

1.3 Comunicação, Socialização e Crise das identidades simbólicas

De acordo com Paulo Freire (1967,p.66) “o brasileiro foi forjado historicamente como um silencioso...” e em relação ao meio rural, Freire (1983) acrescenta que o silêncio do camponês tem razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural, pois a estrutura vertical e fechada do latifúndio é, em si, antidialógica. De acordo com Freire (1967,p.69)

nas grandes propriedades separadas umas das outras (...) por léguas não havia mesmo outra maneira de vida, que não fosse a de

se fazerem os ‘moradores’ desses domínios, ‘protegidos’ dos senhores (...) aí se encontram, realmente, as primeiras condições culturoológicas em que nasceu e se desenvolveu no homem brasileiro o gosto, a um tempo de mandonismo e de dependência...

Segundo Freire (1989) essas são as condições histórico-sociais em que se instaurou o “mutismo brasileiro”. Diante disso, como construir uma “consciência livre e criadora, indispensável aos regimes autenticamente democráticos”? (Idem, p.71). Mostraremos como o latifúndio, no sentido sócio- político e não apenas como unidade produtora, persiste no decorrer da história com suas práticas “antidialógicas” e de como elas atingiram os jovens da pesquisa.

José de Souza Martins (2002) explica como a questão agrária (em todas as suas dimensões, econômica, social, cultural etc) no Brasil deve ser tratada como um fato histórico. Quando o sistema escravocrata entrou em crise no final do século XIX, foi preciso estabelecer um novo “regime fundiário no Brasil” que tivesse um “estatuto do trabalho livre”, assim, institucionalizou-se um novo direito fundiário em que só poderia ser dono da terra quem pudesse pagar por ela, fato que impossibilitava o trabalhador livre de ser proprietário. Nessa conjuntura, estabeleceu-se o sistema de colonato, principalmente no sul e sudeste do país. Já no nordeste, com a crise do açúcar na década de quarenta, houve uma expansão de “sítios de moradores foreiros no interior de fazendas alheias” (MARTINS, 2002,p.169). Essa situação desdobra-se em movimentos populares como a Liga Camponesa na zona canavieira do nordeste, mas é arrefecido em meados dos anos sessenta, quando o regime militar impôs a chamada “Lei do sítio”. Nos anos setenta as promessas da “modernização da agricultura” só serviram para acentuar os problemas sociais das populações do campo.

Essa exposição contribui para esclarecer o contexto histórico-social que compunha uma “cultura do silêncio” da qual os avós e os pais dos jovens ADC estavam inseridos.

Além disso, o modelo patriarcal vigente, na maioria das famílias do mundo rural, também corrobora com o silêncio das gerações mais novas, pois, como afirma Bourdieu (apud BRUMER, 2007,p.49) “as lutas entre as gerações (...) são os momentos em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram ‘cedo demais’ à sucessão.” Além disso, a família

patriarcal “reitera a hierarquia entre o homem e a mulher, entre os adultos e as crianças...” (SARTI, 2010). Esses são alguns aspectos que evidenciam as dificuldades dos jovens em ocuparem um lugar de fala.

A ruptura do silêncio no meio rural brasileiro vem acontecendo, principalmente, através dos movimentos sociais de luta pela terra iniciados em meados do século XX. Segundo Peruzzo (s/d), a comunicação comunitária tem sido uma prática muito utilizada pelos movimentos sociais, mas que vem mudando o perfil ao longo da história. O que em 1970 e 1980 trazia uma comunicação popular mais reivindicatória, no sentido de uma transformação da sociedade capitalista, hoje, aponta para as questões da informação, educação, arte e cultura. Como afirma Peruzzo(s/d)

Até os anos 1990 os meios de comunicação popular/comunitária eram vistos como uma necessidade de expressão dos movimentos sociais, Aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos como um direito de cidadania.

Essa realidade marcou também a diversificação dos movimentos sociais, gerando outras tipologias como o trabalho das ONGs que foi, ao longo dos anos, substituindo as ideologias dos partidos políticos. A partir dos anos 90, as ONGs apresentaram-se “como uma alternativa a práticas políticas desgastadas, apontando em outras direções” (SOUZA, 2009, p.112). Essas “outras direções” significam outros campos sociais que não apenas político-econômico. No caso desta pesquisa nos interessa o campo de atuação da ONG Giral que é a comunicação.

De acordo com a concepção sociológica, a comunicação é prática social, interação social. Nesta perspectiva, quando os jovens ADC afirmam que “aprenderam a falar”, demonstram que passaram a se comunicar mais, o que ampliou seu espaço de socialização. Sendo assim, se o jovem modifica a forma de socializar-se, ou amplia sua capacidade de socialização, isso interfere na sua identidade.

Na obra “A socialização: construção das identidades sociais e profissionais” Dubar (2005) desenvolve uma concepção de socialização e inicia seu texto trazendo

uma discussão sobre algumas noções clássicas de socialização, são elas⁴: a concepção marxista, que considera a socialização como mecanismo de dominação; a concepção de Bourdieu que se desenvolve em dois níveis: a socialização institucional e a socialização individual, que se refere *ao habitus*; e a concepção piagetiana que vê a socialização como processos dinâmicos de desconstrução, reconstrução e equilíbrio.

Apesar da teoria piagetiana não conseguir mais dar conta das complexidades da nova ordem social (novas formas de organização familiar, novas formas de trabalho etc), Dubar (2005) acredita que uma forma contemporânea de pensar a socialização deva partir do “modelo” piagetiano, ao menos seu “núcleo”.

Sendo assim, de acordo com Dubar (2005) as teorias mais recentes (Berger, Lückmann) procuram mostrar que a socialização é um processo de “construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividades que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a tornar-se ator.” (DUBAR,2005, p.XVII). De acordo com essa concepção, a identidade não é apenas o resultado do desenvolvimento biológico do indivíduo, tampouco o resultado do aprendizado de uma cultura, mas sim dos processos de construção social dentro de contextos históricos específicos.

O contexto histórico que nos encontramos atualmente é marcado por transformações nas relações sociais, transformações na vida familiar, no mundo do trabalho, o desemprego, a diversificação das formas de vida privada, sobretudo por influência das novas tecnologias de comunicação que provocaram mutações no mundo simbólico. Diante disso, concordamos com Dubar (2006,p.188) ao constatar a falência das “identidade coletivas herdadas do período precedente” e o triunfo do individualismo. No entanto, afirma o autor, as formas de individualização não significam que o indivíduo substitui o coletivo, porque “não existe identidade do Eu sem identidade do Nós”. O que se verifica na realidade é “a substituição duma forma social por outra, a passagem duma socialização comunitária a uma socialização societária” (idem).

⁴ A apresentação das três teorias sobre socialização feita aqui não contempla a profundidade teórica da análise que Dubar faz em seu livro. Nosso objetivo é demonstrar o aporte teórico utilizado por esse autor para construir sua concepção.

Krauskopf (2010) parece compartilhar dessa concepção no artigo *La condición juvenil contemporánea en la constitución identitaria*

La individualización significaría, por lo tanto, que la biografía del ser humano se despega de los modelos y de las seguridades tradicionales, de los controles ajenos y de las leyes morales generales” (Idem, p.31).

Essa noção de individualização apresentada nos leva a crer que os projetos sociais das novas gerações se desligam cada vez mais dos projetos de construção da sociedade industrial. Neste sentido, o termo individualização difere da expressão individualismo que tem um sentido pejorativo.

Essa transição de formas comunitárias para formas societárias não ocorre do mesmo modo em todos os lugares, mas com certeza, não é um processo harmonioso em lugar nenhum. É neste sentido que Dubar (2009) se refere à questão das identidades na sociedade contemporânea, como “crise das identidades simbólicas”. No campo político, por exemplo, o autor fala sobre a “crise do militantismo e da representação partidária”, para ele, as formas de participação social mudaram, são

mais práticas, mais limitadas, mais especializadas e também mais distanciadas. Elas concernem ações coletivas de proximidade, mobilizações locais, pormenorizadas, freqüentemente ligadas a compromissos condicionais e provisórios (DUBAR,2009,p.126).

Essa participação mais imediata se dá na luta por direitos. Desse modo, concordamos com Oliveira (2000) ao afirmar que cidadania é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos. Esse conceito de cidadania revela a importância de se estudar identidade, pois são os significados dos sistemas simbólicos de cada cultura que produzem as “posições-de-sujeitos” (WOODWARD, 2009,p.17). Dito de outra forma, a posição-de-sujeito é a identidade construída a partir dos discursos nos sistemas de representação.

Segundo Sader (1988,p.57) o “discurso que revela a ação revela também o seu sujeito. Assim, do discurso dependeria a atribuição de sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o de estabelecimento das identidades.” Esse autor faz um estudo sobre os movimentos sociais de trabalhadores da grande São Paulo na década de 1970 e analisa os “novos padrões

de ação coletiva, que nos permite falar da emergência de novos sujeitos políticos.” (idem, p.17). Para isso, ele recorre às teorias do discurso. A partir dessas teorias ele conclui que

Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade. (SADER, 1988,p.60)

Diante disso, não podemos afirmar que os jovens ADC constituíram uma matriz discursiva, porém acreditamos que os jovens rurais que vivenciaram novas experiências e construíram novos saberes, passaram a significar e nomear um universo mais amplo de possibilidades no qual materializam outras demandas.

1.4 Identidade de sujeito.

Esta pesquisa parte da perspectiva dos jovens e das reelaborações identitárias que eles fizeram a partir de um curso cujo objetivo era promover mudanças sociais a partir das ações dos jovens agentes, ou seja, promover ações coletivas a partir dos sujeitos. Sendo assim, é necessário compreendermos melhor como se dá a formação de sujeitos, para que possamos estabelecer uma relação entre o que foi proposto e os desdobramentos realizados pelos jovens.

Sader (1988) fez um levantamento das elaborações teóricas sobre “sujeito” e percebeu dois traços comuns nas conceptualizações. Primeiro que a noção de sujeito sempre vinha associada a um “projeto” e o segundo, ligado a este, “é a idéia de autonomia, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências.” (SADER,1988,p.53). Por outro lado, ressalta o autor, “A rigor a constituição de um coletivo qualquer enquanto sujeito não implica sua autonomia.” (idem) Pois, não é incomum vermos identidades de sujeito que lhes são atribuídas pelo movimento.

Sader (1988,p.53) atribui à autonomia a perda das características constitutivas da noção de sujeito num duplo sentido, primeiro pela “pluralidade dos movimentos” que implicam numa desestabilização de um “centro estruturante”; segundo, que a constante transferência dos indivíduos de uma “forma a outra de

manifestação”, implica numa fragmentação de identidades coletivas. Não nos parece que a autonomia tenha desestruturado a noção clássica de sujeito, mas sim todo o contexto das transformações do capitalismo no século XX. Hall (2006) fala sobre cinco “descentramentos do sujeito” os quais seriam os responsáveis por um deslocamento do sujeito do Iluminismo, de identidade fixa e estável, para o sujeito descentrado, de identidade “aberta, contraditória, inacabada, fragmentada...” (idem, p.46). Dessa forma, faz-se necessário a constituição de um novo sujeito político numa nova sociedade, que deixou de ser a sociedade de produção e passou a ser a sociedade do consumo.

Esse novo sujeito político não está comprometido com “metanarrativas” de mudanças estruturais tal qual existia na sociedade de produção, pois está diante de um “esfacelamento de cenários e rotinas anteriormente estáveis” (BAUMAN, 2005,p.41). Além disso, a instabilidade e insegurança no mundo do trabalho não favorecem uma postura de união e solidariedade. Segundo Bauman (2005,p.42)

Como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social.

A formação dos ADCs, apesar de vislumbrar a formação de sujeitos atores, não nos parece lutar contra a globalização, mas sim contra a exclusão que ela provoca. Percebemos nos jovens uma vontade de se incluir e de ter acesso a bens e serviços de qualidade e permanecer com dignidade em seu território. Neste sentido tornar-se Agente de Desenvolvimento da Comunicação pode ter sido uma estratégia de inclusão social.

1.5 Estratégia de inclusão social.

A discussão teórica sobre sujeito, que apresentamos até agora, tem nos revelado que as experiências vividas pelos sujeitos são determinantes em suas ações. De modo que, nas sociedades contemporâneas experiências vividas nos âmbitos familiares, religiosos, étnicos, políticos, etc., constituem a identidade dos sujeitos, por que estão inscritas em suas histórias de vida.

A aprendizagem experiencial faz parte de uma prática social do sujeito que, diferentemente da aprendizagem escolar, se desenvolve ao longo de toda a vida.

Neste sentido, Dubar (2009) apresenta a noção de identidade pessoal como a de um sujeito em aprendizagem, ou seja, as subjetividades da identidade pessoal não são construídas isoladamente, mas “nas e através das relações com o Outro.” (idem, p.189).

Nessa perspectiva, ser sujeito significa “(...) recusar, para si como para os outros, as relações de dominação, de submissão, de autoridade imposta de forma arbitrária (...)” (idem). Dito de outra forma, é ser ator de sua vida pessoal dentro de um projeto de “ações coletivas suscetíveis de melhorar o seu próprio destino e o dos outros mais desfavorecidos” (idem). Então, é essa noção de sujeito em aprendizagem, que mesmo na sua incompletude, se compromete com ações coletivas.

Entretanto, essa concepção de sujeito em aprendizagem que implica mudanças sociais não explica satisfatoriamente a realidade observada, por dois motivos: primeiro, os jovens não recusam, não se manifestam contrários às relações de dominação e autoridade, sobretudo dentro das famílias; segundo, eles não estão envolvidos ideologicamente em causas coletivas, e os que estão na realidade estão por contingência, ou seja, por falta de opção de trabalho.

Neste sentido, esperamos que os processos de reconstrução identitária dos jovens ADC, revelados nas histórias de vida, nos ajude a perceber os arranjos, articulações, movimentos que esses sujeitos têm utilizado para configurar novos espaços de fala, que possibilitem a diminuição da exclusão.

O curso de ADC não só ofereceu capacitação e qualificação profissional para que os jovens pudessem ser inseridos no mercado de trabalho, como também despertou o interesse pelas questões de cidadania. Ao terminarem o curso, momento em que nos encontramos com os jovens ADC, as possibilidades de emprego não se concretizaram como eles esperavam. Porém, isso não os impediu de se declararem agentes de desenvolvimento da comunicação, essa identificação de si parece estar sempre acompanhada de autoestima elevada e de um posicionamento social privilegiado em relação aos demais jovens da região. Neste sentido, observamos duas perspectivas de inclusão social na vida desses jovens: uma diz respeito à inserção no mercado de trabalho, e a outra se refere a uma mudança de atitudes e comportamentos (reconfiguração identitária), no campo das sociabilidades, que busca um espaço de fala num mundo de adultos.

Não seria necessário falarmos de inclusão se a sociedade não fosse excludente. Sendo assim, analisaremos três orientações teóricas sobre exclusão, apresentadas

por Leal (2004) no artigo “A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática” que representam diferentes formas de entender a sociedade.

A primeira concepção entende exclusão como “ruptura de laços sociais, associada ou não à negação de certas parcelas da população como semelhantes às incluídas.” (LEAL, 2004). Essa concepção faz uma relação entre a ruptura de laços sociais (de trabalho, de relações comunitárias e familiares) e uma crise nos fundamentos da sociedade (XIBERRAS,1993). Nessa perspectiva,

os indivíduos excluídos passam a ser vistos pelos demais como não semelhantes, ou seja, não é reconhecida nele qualquer fração de humanidade que faça com que os incluídos (ou grande parte deles) se reconheçam nos excluídos.(LEAL, 2004,).

De acordo com essa autora, muitos teóricos encontram a razão disso numa crise geral da sociedade atual, não só dos fundamentos dessa sociedade como também dos valores.

Forreste (apud LEAL, 2004) “não fala de rupturas de laços sociabilidades exteriores ao mundo do trabalho, mas fala do fim do emprego como fator fundamental nas transformações pelas quais as sociedades modernas passam”. Neste sentido, o desemprego tornou-se estrutural e os desempregados não são os excluídos, mas sim a maioria de incluídos num outro padrão. Assim, conclui a autora não se trata de uma crise da sociedade, mas de uma “mutação rumo a uma nova civilização” (idem).

Essa concepção de exclusão não apresenta uma especificidade como, exclusão em relação a que? No caso dos jovens ADC, se por um lado estão entrando no mercado de trabalho, sem conseguir fazê-lo como desejavam, mas sim como é possível de acordo com as possibilidades que aparecem na sua região. Por outro lado, ao ampliarem seu espaço de sociabilidades, sentem-se mais “incluídos”, o que reflete, por exemplo, no desejo de permanecerem no campo. Neste sentido uma perspectiva mais relacional sobre exclusão ajudaria a compreendermos melhor a realidade observada.

A segunda concepção pode ser chamada de “inserção precária” (LEAL, 2004), ao contrário da anterior, não pensa na exclusão como um sintoma de crise da sociedade moderna, mas sim como “parte de um processo de contradição, uma vez que ela nega a inclusão, ao mesmo tempo em que faz parte dela”. (SAWAIA, apud LEAL, 2004). Então, essa concepção entende a exclusão como parte do

funcionamento da sociedade, dito de outra forma, a exclusão é o resultado da dinâmica da globalização. Nesta perspectiva, Demo (apud, LEAL, 2004) afirma que a “exclusão mostra sua funcionalidade ao integrar certos grupos explorando ao máximo seu trabalho”. Com isso é possível inferir que uma parte da população não se integra, ou se integra de forma subordinada ao sistema capitalista, por opção.

Este entendimento também não esclarece muito, na medida em que denota uma resignação por parte da população, o que não parece acontecer com os jovens ADC.

A terceira concepção apresentada é a que compreende exclusão social como não cidadania (CARVALHO,2002), ou seja, é aquela que impede que o indivíduo exerça seus direitos civis, políticos e sociais. Essa compreensão não se opõe às outras, é geralmente um complemento daquelas.

De acordo com Leal (2004,p.13), no Brasil

há uma tendência em tratar a exclusão como problema a ser resolvido pela capacitação dos indivíduos para o exercício de uma cidadania que se supõe formada a priori, sem pensar em transformações estruturais macrossociais.

Assim, dentro das estruturas da sociedade globalizada o problema da exclusão social poderia ser resolvido “dos incluídos para os excluídos” (idem). A partir disso, a autora apresenta três motivos que sustentam essa idéia no Brasil. Primeiro porque a cidadania no Brasil tem sido tratada como concessão e sendo a exclusão social o oposto da cidadania, o problema seria resolvido pela “concessão de direitos reais”; segundo, diz respeito à capacitação dos indivíduos, grupos e comunidades para uma condição considerada ideal; e por fim, refere-se ao pensamento neoliberal para o qual “ a única igualdade a qual todos os indivíduos devem ter direito é a igualdade de oportunidades, dependendo a sua ascensão, a partir daí de sua própria capacidade de esforço.” (idem) Não sabemos até que ponto essas soluções são capazes de resolver o problema da exclusão social, já que essa tem se mostrado multifacetadas. Além disso, como é possível solucionar os problemas da exclusão sem mudar as estruturas macrossociais?

Neste sentido, a segunda concepção que se refere à exclusão como “inserção precária”, ou seja, que entende a exclusão como decorrência das contradições da sociedade globalizada, parece nos ajudar a entender melhor as estratégias de inclusão dos jovens ADC, pois esses não fazem parte de um movimento ou projeto

que luta contra as anomias sociais, ou melhor, não lutam contra as estruturas de reprodução social.

É importante lembrarmos que os autores concordam que a exclusão é antes de tudo injustiça social. Segundo Sawaia (2009,p.8) a “sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. Nesta perspectiva a autora concebe o problema da exclusão como uma dialética exclusão/inclusão. Essa concepção dialética ajudará nossa interpretação sobre a reconfiguração identitária dos jovens como estratégia de inclusão social.

De acordo com Sawaia (2009), os estudos sobre identidade na modernidade contemporânea apresentam dois paradoxos. Um é que a identidade não é mais compreendida como metanarrativa, mas também foge da perspectiva relativista que elimina os traços distintivos. O outro, diz respeito ao entendimento de que a identidade serve ao mesmo tempo como argumento de defesa e respeito à alteridade, serve também como proteção ao estranho.

O “estranho” é definido pela autora como o fim das metanarrativas, o enfraquecimento dos eixos identitários rígidos, ou seja, o que Dubar (2006) definiu como a “crise das identidades”. Segundo Sawaia (2009) essa “crise” pode favorecer a autonomia das escolhas, ou pode gerar sofrimentos e a busca de mecanismos defensivos como o fundamentalismo. O problema é que a luta pela diferença acaba transformando as identidades em rótulos gerando uma “obsessão pela diferença”. Isto é, “a relação com a alteridade e a defesa do direito a diferença transformam-se em luta contra o outro” (SAWAIA,2009,p.122).

Quando isso ocorre a identidade é entendida como “categoria política e estratégica nas relações de poder” (SOUSA SANTOS 1994 apud SAWAIA, 2009,p.122).Porque ela

esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço. (SAWAIA,2009:123)

Neste sentido, um processo de reconfiguração identitária pode ser entendido como estratégia de inclusão social. Porém, Sawaia (2009) afirma que é preciso superar esse processo de inversão da identidade em ideologia separatista que privilegia a concepção de identidade dentro das relações de poder e que a “referência à identidade só pode ser usada, quando se supera o seu uso político

para discriminar e explorar o outro, quando se reconhece a identidade como igualdade e diferença...” (Idem, p.125) A autora parece querer imprimir um consenso mais harmonioso entre igualdade e diferença na concepção de identidade. No entanto, não nos esclarece como, dentro da concepção dialética exclusão/inclusão, podemos entender o que é igualdade e o que é diferença, já que, de acordo com essa concepção “a identidade exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejuízo à ordem e harmonia social” (Idem, p.124). Por isso, concordamos que o processo de reconfiguração identitária dos jovens ADC pode ser melhor esclarecido se o lemos na ótica da reprodução social.

Neste momento da pesquisa vimos a necessidade de compreender como se dá a permanência do mundo social, já que os jovens da pesquisa não lutam por uma mudança social capaz de transformar as estruturas.

Sendo assim, entendemos que o mundo social é formado por um dinamismo interno de estruturas objetivas e estruturas subjetivas. Ele é continuamente mantido pela construção e reconstrução das estruturas (BOURDIEU, 2011).

Para falar-se em reprodução da vida social e com ela dos diferentes mecanismos de dominação-dependência, é preciso considerar o conceito de estratégias de reprodução social desenvolvido por Bourdieu (2011).

Assim, o autor observou que, em diversos contextos, apoiando-se em análises históricas específicas sobre estratégias, diferentes agentes põem em prática estratégias de reprodução através do *conatus*⁵ de unidade doméstica (Bourdieu, 2011). A partir dessa concepção, o autor faz um panorama das grandes classes de estratégias de reprodução, porém, admite que não ocorre da mesma forma em todos os lugares, vai depender da “índole do capital que será transmitido e dos mecanismos de reprodução disponíveis” (BOURDIEU,2011,p.35) em cada sociedade.

As estratégias de reprodução estão assim divididas: 1- Estratégias sucessoriais: “Garantem a transmissão do patrimônio material entre as gerações” (Idem, p.36) 2 – Estratégias educativas, especificamente o caso das “estratégias escolares”, que são “estratégias de inversão a longo prazo, porém, alerta o autor, não se trata de dimensão econômica que reduz a escolarização a “capital humano,

⁵ Bourdieu (2011:31) afirma que “de fato o mundo social está dotado de um conatus, como diziam os filósofos clássicos- de uma tendência a preservar no ser, de um dinamismo interno inscrito, e assim, nas estruturas objetivas e nas estruturas subjetivas, as disposições dos agentes...”

mas sim “produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo.” (Idem) 3 – Estratégias de inversão econômica: “No sentido amplo do termo, tende a perpetuação do capital ou ao aumento do capital”. Assim, se faz necessário que esta estratégia esteja agregada à estratégia de inversão social, pois essas são orientadas para o “estabelecimento ou a manutenção de relações sociais diretamente utilizáveis e mobilizáveis. Essas relações sociais transformam-se em obrigações duradouras subjetivamente percebidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito...)” (Idem, p.37), ou seja, transformam-se em capital social e em capital simbólico, cujo intercâmbio não é realizado apenas por dinheiro, mas também por tempo, trabalho, etc. 4 – Estratégia de inversão simbólica: São ações pelas quais se pretende conservar e aumentar o capital de reconhecimento, propiciando a reprodução dos esquemas de percepção e apreciação (Idem), ou seja, de reprodução do *habitus*. De acordo com Bourdieu (2011,p.37)

as estratégias de reprodução têm por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus* que espontaneamente tendem a reproduzir as condições de sua própria produção.

Entretanto, as estratégias de reprodução só podem ser definidas em relação com os mecanismos de reprodução, institucionalizados ou não. Diante disso, o fato dos jovens ADC não lutarem contra a reprodução social, não é um processo consciente, mas sim resultado do que se opera nos *habitus*, que são “[...] princípios geradores e organizadores de práticas e representações...” (BOURDIEU, 1980,p.88) as práticas, por sua vez, são “objetivamente orientadas para conservação ou para o aumento do patrimônio, assim como para a manutenção ou para a melhora da posição do grupo” (BOURDIEU, apud, DUBAR, 2005). Interessa-nos aqui conhecer como se processa a construção da identidade social dentro da lógica do *habitus*, pois este, juntamente com o conceito de campo desenvolvidos por Bourdieu (2011), permitem a compreensão da relação entre as subjetividades internas e os condicionamentos sociais externos. É essa disposição teórica que vai nos ajudar a compreender as reconfigurações identitárias operadas pelos jovens ADC.

Dubar (2005) aborda, de forma crítica, a teoria de Bourdieu e, inicialmente, demonstra como o *habitus* é assimilado a uma identidade social. Para isso, Bourdieu opera uma “dupla redução que permita especificar a um só tempo o mecanismo de interiorização das condições objetivas e o mecanismo de exteriorização das

disposições subjetivas.” (DUBAR, 2005,p.90). Dito de outra forma, é reduzir as condições objetivas (posição e trajetória do grupo social de origem) à “posição diferencial” (idem) e, ao mesmo tempo, reduzir a subjetividade à “tendência a perpetuá-la”.

Segundo Dubar (2005) a teoria de Bourdieu permite explicar a reprodução da ordem social, porém não consegue explicar, de forma satisfatória, como se processam as mudanças sociais. Concordamos com Dubar, porém, é justamente pelo fato de Bourdieu elaborar toda uma teoria sobre a reprodução social que vamos utilizá-lo neste estudo. O aparato teórico desta pesquisa tem dirigido nosso olhar para o fato de que a reconfiguração identitária dos jovens ocorre na permanência do mundo social.

De acordo com Bourdieu (2011) os indivíduos são caracterizados de dois modos interligados: por propriedades materiais (objetividade de primeira ordem) e por propriedades simbólicas (objetividade de segunda ordem), esta segunda implica as representações que os indivíduos produzem a partir de um conhecimento prático como se manifesta nos estilos de vida (idem). As representações dos indivíduos, por sua vez, forjadas a partir de sua posição no espaço social é produto de um sistema de percepção e de apreciação (*habitus*). Nesta perspectiva, Bourdieu cria o conceito de “capital simbólico” que é “toda diferencia reconocida, aceptada como legítima y que procura un signo de distinción, manifesto especialmente en los estilos de vida” (idem, p.26).

Entretanto, o capital simbólico não existe fora da relação entre propriedades distintas e distintivas, e nem fora de um grupo dotado de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõe a reconhecer.

Quando os jovens afirmam que “aprenderam a falar”, eles reconhecem a importância da linguagem, ou melhor, do discurso no jogo da economia dos bens simbólicos. Quando não há o domínio dos significados e códigos (a palavra, o discurso) o indivíduo não consegue se incluir no jogo.

Diante disso, esperamos que o dispositivo teórico construído neste capítulo nos ajude a aprofundar a análise sobre as reconfigurações identitárias operadas pelos jovens que viveram uma determinada experiência, de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação.

CAPÍTULO II

Desenho da Pesquisa

Um estudo sobre juventude rural pode adotar procedimentos qualitativos, quantitativos, ou ambos, mas dentro desse tema, optamos pela pesquisa qualitativa porque concordamos com Minayo (1994) ao afirmar que

o imaginário do sujeito pesquisado não pode ser quantificado, pois seu universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes correspondem a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Laville e Dionne (1999) é a partir do problema levantado na pesquisa que o pesquisador irá escolher o “procedimento mais apto (...) para chegar a compreensão visada.” (1999,p.43). Dessa forma, trazemos nosso problema em forma de pergunta: Em que medida assumir a identidade de ADC significou, para os jovens rurais, uma maior inclusão?

2.1 Método escolhido:

Gonzaga (2006) apresenta, no artigo “A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa”, o plano de pesquisa de sua tese de doutoramento em educação defendida em 2001 na Universidade de Valladolid. Neste artigo ele fala dos desafios de uma pesquisa qualitativa, que por ser muito ampla, abarca uma variedade de métodos. Para Gonzaga (2006,p.74)

os métodos utilizados para estudar as pessoas necessariamente influenciam sobre o modo como a vemos. Quando reduzimos as palavras e atos das gentes a equações estatísticas, perdemos de vista o aspecto humano da vida social.

Dentre os vários métodos que podem ser utilizados numa pesquisa qualitativa, Gonzaga (2006) escolheu utilizar histórias de vida para melhor entender a realidade vivida pelos sujeitos de sua pesquisa.

A História de Vida tem sua origem na História Oral, que é uma metodologia de pesquisa, desenvolvida em meados do século XX, utilizada na História (ALBERTI,2006). A História oral opunha-se à História positivista do século

precedente, ou seja, priorizava a História do local e do comunitário em oposição à História da nação. Acreditava-se que era possível contar a História de outra óptica, a dos vencidos, da minoria, dos humildes (idem). A grande contribuição da História oral moderna foi que possibilitou o entendimento de que não havia uma única história ou identidade nacional, e passou-se a reconhecer a “existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade” (idem, p.158)

O uso da História de vida se difundiu entre as Ciências Humanas e Sociais, sendo utilizado às vezes como objeto de estudo, Nóvoa (1995), por exemplo, propõe uma história de vida na perspectiva da investigação e da formação de professores; há também o uso da história de vida como fonte histórica, como fez Bosi (1994) ao dar outro enfoque à História de São Paulo utilizando os depoimentos dos velhos moradores como fonte histórica; e há ainda os que a utilizam como metodologia de pesquisa. Dentro do que se considera um método, há também algumas variações de aplicação de acordo com o objeto da pesquisa.

Nessa perspectiva, nós também utilizaremos o método de histórias de vida, pois essas permitem uma melhor compreensão das subjetividades do narrador, permitindo nosso acesso ao imaginário em que as representações são elaboradas. A importância das representações, num estudo sobre identidade, se dá pelo fato de que “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2009,p. 17)

Há quem questione a eficácia do método de histórias de vida utilizado numa pesquisa com jovens, baseando-se no fato de terem poucos anos de vida. Entretanto, Minayo (2008) afirma que essa metodologia compreende dois tipos: a história de vida completa e a história de vida tópica.

Sua principal função é retratar experiências vividas, mas também as definições dadas por pessoas, grupos ou organizações. Pode ser escrita ou verbalizada e compreende os seguintes tipos: a história de vida completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a história de vida tópica, que focaliza uma etapa num determinado setor da experiência em questão. (Idem)

Neste sentido, nossa pesquisa se volta para “história de vida tópica”. Lang (1995 apud GONZAGA 2006) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que é preciso fazer uma distinção entre histórias orais de vida, relatos orais de vida e relatos orais.

O primeiro resulta do fato de que o narrador faz o relato de sua experiência ao longo do tempo. O segundo, dá solicitação para que o narrador faça comentários sobre determinados aspectos de sua vida, a partir de um eixo temático. O terceiro, por sua vez, procura obter dados informativos e atuais do entrevistado sobre sua vida em determinada situação em instituições que se queira estudar. (Idem, p. 79)

Diante disso, decidimos adotar a abordagem dos “relatos de vida”, pois o aspecto determinado que se pretende investigar é o processo de reconfiguração identitária dos jovens que passaram por uma situação específica de um curso específico de formação.

A escolha desse método também se justifica pelo fato de que,

As histórias de vida são consideradas, no âmbito da pesquisa qualitativa, poderosos instrumentos para a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente. (MINAYO, 2008,p.158)

Esperamos assim, que as histórias de vida revelem os processos de reconfiguração identitária dos jovens, pois concordamos com Nóvoa (1995,p.16) ao afirmar que “A construção identitária passa sempre por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria da sua história pessoal e profissional.”

Segundo Minayo (2008), a aplicação do método de histórias de vida pode ser dividido em cinco partes:

1.Como proceder no campo? Através de entrevistas abertas e observação participante, “buscando estabelecer uma relação entre o entrevistador e seu interlocutor.” (idem, p.159)

2.A quem e quantas pessoas entrevistar? A quantidade vai variar de acordo com os “objetivos da investigação e dos critérios de saturação que orientam qualquer pesquisa qualitativa.” (idem, p.160).

3.Como proceder à continuidade das narrativas? a) Transcrevendo sucessivamente as entrevistas; b) transferindo questionamentos que surgiram em uma entrevista para outra; c) triangulando visões de vários informantes; d) “buscando percorrer caminhos imperceptíveis que assegurem a qualidade das informações.” (idem).

4.O que fazer com o caráter incompleto das narrativas? “Cabe ao pesquisador o esforço de articular as informações, (...) colocando-as em seu contexto histórico social (...) Sempre buscando a lógica interna do grupo em questão e, tendo consciência de que as narrativas nunca serão verdades absolutas e sim uma versão possível.” (idem)

5.Em que momento o investigador procederá à análise? “A análise se faz durante toda a realização do trabalho de campo e como uma etapa específica subsequente a ele.” (idem, p.161).

Ainda de acordo com essa autora, a observação de campo também faz parte dos procedimentos metodológicos. Assim, no nosso processo investigativo, realizamos as observações, registradas em diário de campo, com o objetivo de melhor compreender as narrativas dos entrevistados.

Esperamos assim, compreender as identidades na perspectiva de “identidades narrativas” (DUBAR, 2009), através do procedimento metodológico de histórias de vida tópica, pois elas permitem

captar a visão subjetiva com a qual um mesmo ser vê a si e ao mundo (...) Essa visão subjetiva revela a negociação que toda vida requer entre as tendências repressivas da pessoa e as exigências da racionalidade para acomodar-se ao mundo exterior” (RUIZ,apud Gonzaga,2006).

Essa abordagem se mostra eficaz num duplo sentido: primeiro porque é uma metodologia que possibilita ao pesquisador investigar aspectos subjetivos da realidade pesquisada através das experiências vividas e relatadas; e segundo porque dá a oportunidade, aos jovens entrevistados, de ao narrarem suas vivências afirmarem suas identidades. Como afirma Dubar (2006,p.173) “Não são as pessoas ‘em si’ que são classificadas mas as suas declarações, as suas respostas a uma pergunta sobre uma dimensão particular da sua vida, num determinado momento...”

2.2 Objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar os processos de reconfiguração identitária dos jovens ADC como estratégia de inclusão social.

Objetivos Específicos:

- Compreender o que significa ser jovem ADC na ótica dos jovens.
- Refletir sobre o uso que os jovens deram aos novos conhecimentos elaborados no curso de formação de ADC
- Perceber, através das histórias de vida, como os jovens vem articulando seus processos de identificação com estratégias de inclusão social.

2.3 Locus da Pesquisa:

A pesquisa de campo será na região da Bacia do Goitá, Zona da Mata Norte Pernambucana, formada por quatro municípios: Glória do Goitá, Feira Nova, Lagoa de Itaenga e Pombos. A escolha dessa região se deu pelo fato do Projeto de Formação de ADCs ter sido executado nesses quatro municípios.

Mapa de Pernambuco com destaque para os municípios da Bacia do Goitá, Zona da Mata Setentrional.



A sede do Giral fica em Glória do Goitá, localizada a 46 km da capital Recife. Os municípios vizinhos como Feira Nova fica a 77 km da capital; Lagoa de Itaenga fica à 64km da capital e Pombos fica localizado à 57 km de Recife. O índice de desenvolvimento humano desses municípios é considerado médio⁶ O IDH (de Glória do Goitá é de 0,636; o IDH de Feira Nova é de 0,606; o IDH de Lagoa de Itaenga é de 0,638; e o IDH de Pombos é de 0,641.

Glória do Goitá:

Esse município, de acordo com o censo 2010 (WWW.censo2010.ibge.gov.br), tem um total de 29.657 habitantes, sendo 52,67% residentes em área urbana e 47,33 residente em área rural. Ainda de acordo com o censo 2010, são 2811 homens entre 15 e 24 anos; e 2930 mulheres entre 15 e 24 anos (informação adaptada pela autora).

Seu povoamento foi iniciado a partir da segunda metade do século XVIII e surgiu como um local de devoção à N. S. da Glória. Hoje o município tem como principal atividade econômica a agricultura, que está dividida entre a monocultura da cana e a agricultura familiar, e o comércio.

Feira Nova:

O município tem um total de 20.588 habitantes, sendo 79,31% residentes na área urbana, e 20,69% residentes na área rural (WWW.censo2010.ibge.gov.br). Dentre a população total há 1.925 homens entre 15 e 24 anos e 1.867 mulheres entre 15 e 24 anos. (informações adaptadas pela autora).

No início do século XX, pequenos lavradores às margens da estrada que ligava Limoeiro a Vitória começaram a comercializar seus produtos e estabeleceram uma feira na região. Hoje o município tem como principal atividade econômica a produção de farinha de mandioca, agricultura familiar e comércio.

⁶ O IDH é um dado estatístico composto a partir de dados sobre expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (per capita) como indicador do padrão de vida. O índice varia de 0 até 1, sendo considerado baixo: entre 0 e 0,449; médio entre 0,500 e 0,799; e alto quando maior ou igual a 0,800.

Lagoa de Itaenga:

De acordo com o censo 2010 (WWW.censo2010.ibge.gov.br) o município tem um total de 20.653 habitantes. Dentre a população total 2.005 são homens entre 15 e 24 anos e 2.028 são mulheres entre 15 e 24 anos.

A cidade foi desmembrada do município de Paudalho em 1963. Sua economia gira em torno da usina, o que acaba mantendo poucas opções de trabalho, a agricultura familiar é de subsistência e geralmente o agricultor não é o proprietário da terra.

Pombos:

Este município é o segundo mais populoso da região, com 24.033 habitantes. Dentre a população total 2.296 são homens entre 15 e 24 anos, e 2.308 são mulheres entre 15 e 24 anos (WWW.censo2010.ibge.gov.br).

O povoamento data do século XVIII, inicialmente com algumas casas construídas pelos proprietários de engenhos, posteriormente essas casa foram compradas pela igreja que construiu uma capela e o município foi desenvolvendo-se ao redor. A cidade é conhecida como a “Terra do abacaxi”, existe até o dia festivo dessa fruta, mas o predomínio é da agroindústria açucareira.

2.4 Sujeitos da pesquisa:

Os sujeitos da pesquisa são dez jovens⁷ rurais que participaram do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação. Mesmo após o fim do curso, alguns jovens continuaram a se identificar como jovens ADC, o que nos levou a fazer um estudo sobre identidade, assim como, entender os usos que esses jovens têm dado aos novos conhecimentos elaborados a partir da experiência com os meios de comunicação.

Os jovens têm entre 18 e 23 anos, alguns trabalham – geralmente no Giral, ou em algum evento em que a ONG participa – alguns estudam e poucos trabalham e estudam. Moram na sede dos municípios, geralmente com os pais, a maioria não recebe mais o bolsa família, pois já terminou a escola. Todos gostariam de trabalhar na área de comunicação, mas como nem sempre é possível, aceitam o que aparece. Costumam se encontrar nos eventos organizados pelo Giral e nas Casas de Juventude, esses encontros tem um caráter mais propositivo, já os encontros de lazer, ocorrem, geralmente, nas praças e nas lanchonetes.

2.5 Instrumentos de coleta dos dados:

Utilizaremos entrevistas semi-estruturadas⁸, que segundo Szymansk (2004) é um instrumento que permite interação social, traz recortes de experiências, consente o repasse de informações, dando oportunidade, ao narrador, de falar e ser ouvido.

A entrevista é uma ferramenta que tem sido muito utilizada pela pesquisa qualitativa porque permite investigar os significados subjetivos, no caso desta pesquisa o próprio objeto de estudo reconfiguração identitária dos jovens ADC, é subjetivo.

A partir do objeto de pesquisa escolhemos, em nossa concepção, a metodologia mais adequada para desenvolver o estudo. Algumas perguntas do roteiro não são objetivas, são um ponto temático para que o entrevistado desenvolva

⁷ Os nomes dos jovens não foram revelados nesta pesquisa porque um deles demonstrou desconforto com a situação. Então, por uma questão de padronização decidimos nos referir aos sujeitos da pesquisa como “o jovem, a jovem, o rapaz, a moça, o entrevistado, a entrevistada.”

⁸ O roteiro de entrevista encontra-se no Apêndice.

uma narrativa sobre ele, revelando dados objetivos (fatos concretos) e dados subjetivos (valores, opiniões, atitudes).

A utilização da entrevista como uma técnica da História de vida impõe uma certa vigilância do pesquisador, pois antes de tudo, a entrevista é uma interação social, deste modo, a “natureza da relação entrevistador/entrevistado influencia tanto o seu curso como o tipo de informação que aparece” (SZYMANSKI, 2010,p.11). Durante toda conversa, da mesma forma que o pesquisador faz uma leitura do comportamento do entrevistado, sua forma de falar, seus gestos, a forma como se veste, os julgamentos que faz, etc, o entrevistado também faz a mesma leitura, a diferença é que para esse a leitura não é objeto de pesquisa. A leitura e o julgamento que o entrevistado faz do entrevistador serve como um dosador, um medidor para o que será dito. Por este motivo, o pesquisador deve mostrar respeito pelos “saberes da experiência” (FREIRE, 1992,p.86), deve adequar a linguagem (SZYMANSKI, 2010), e compreender que os “ocultamentos e distorções são inevitáveis” (Idem, p.13) por vários motivos de psicológicos a culturais.

A entrevista como técnica de História de vida possibilita também um momento de reflexão para o entrevistado, pois a narração “...acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma forma inédita até para ele mesmo” (Idem,p.14). Tínhamos muita clareza sobre isso quando os jovens precisavam responder perguntas mais subjetivas. Assim, esperamos que as entrevistas revelem a importância das experiências individuais vividas pelos jovens ADC.

2.6 Instrumentos de análise dos dados:

Cientes de que as narrativas nunca serão a verdade sobre os fatos, utilizaremos Análise do Discurso (AD), pois essa disciplina de interpretação evidencia que

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’, diferentes discursos constituem entidades-chave (...) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (...), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001,p. 22).

Privilegia-se a compreensão dos sentidos produzidos pelos discursos e isso nos ajudará a compreender o lugar de fala dos sujeitos.

Para Pêcheux (1993), um dos fundadores da AD (Análise de discurso) francesa, o discurso estabelece uma relação entre língua/sujeito/história, ou seja, uma articulação entre o linguístico, o social e o histórico. Para esse autor a linguagem não é apenas forma linguística, mas também material da ideologia. A “ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação...” (CAREGATO e MUTTI, 2006). Esse sistema de idéias compõe o interdiscurso que segundo Orlandi (1999,p.33) “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Assim, o interdiscurso será tão importante quanto o que for dito nas histórias de vida.

Dessa forma, entendemos que a Análise de Discurso das histórias de vida relatadas pelos jovens ADCs possibilitará uma chave de leitura para analisarmos os processos de reconfiguração identitária desses jovens.

CAPÍTULO III

Histórias de Vida: juventude e cotidiano entre a cidade e o campo

Escutar o outro transforma o pesquisador. Falar de si modifica o depoente. Conhecer uma história de vida afeta o leitor. (Revista da Cultura, fevereiro, 2009)

Neste capítulo são analisados os relatos de vida dos jovens ADCs. As narrativas trazem uma infinidade de possibilidades para a pesquisa, mas de acordo com nossos objetivos realizamos recortes que enfatizavam a variedade de experiências dentro de alguns pontos temáticos.

O roteiro de entrevista foi elaborado de forma que envolvesse gradativamente o entrevistado numa reflexão de si mesmo. Assim, começamos com perguntas mais objetivas sobre o cotidiano dos jovens a fim de conhecermos um pouco o seu universo.

Cientes de que o território privado das moradias e dos costumes “compõem um relato de vida” (CERTEAU,2008,p.204), decidimos só realizar as entrevistas após algumas visitas à região, onde estabelecemos contatos iniciais, conversas informais, troca de emails, a fim de capturar algumas dimensões do cotidiano como o lugar, o vocabulário, o usado, para uma primeira leitura dos costumes daqueles jovens.

Por costumes entendemos a “ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa.” (THOMPSON, 1998,p.14) e não reminiscências do passado. Thompson (1998) analisa padrões de protestos sociais na Inglaterra do século XVIII e afirma que o padrão de comportamento dos trabalhadores que participavam desses protestos derivava de um senso comum a respeito “da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez” (Idem, p.193). A expressão “economia moral” pode ser entendida como um “código” de convivência para estabelecer um bem-estar comum. No caso a ação popular do século XVIII referida acima, foi um ato legitimador porque a população acreditava que estava defendendo direitos e costumes tradicionais. Assim, identificamos em sua concepção de costume um sentido de permanência e reprodução cultural.

Thompson (199,p.18) afirma que “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes”. Apesar de não usar a expressão cotidiano, podemos inferir que o conjunto de “práticas e normas” se refere exatamente a isso.

Certeau (2008) constrói sua concepção sobre cotidiano baseado na crença da capacidade de resistência constante do homem comum contra o poder, tal qual a concepção de Thompson (1998) a resistência ocorre quando as práticas cotidianas de um determinado lugar são contrariadas (CERTEAU,2008) assim, o cotidiano pode ser considerado um espaço de luta e conflito diário. Se no século XVIII o conflito se desenvolvia em forma de atos violentos e de rebeldia contra o aumento dos preços de produtos de primeiras necessidades, fato que feria os direitos e costumes tradicionais, ou seja, a luta era para uma preservação da “economia moral”. No século XXI, na sociedade de consumo, o conflito desenvolve-se no cotidiano através das “maneiras de fazer”, das práticas, ou seja, os consumidores, ou melhor, “usuários” (para Certeau o termo “consumidor” expressa passividade e por isso prefere “usuário”) se reapropriam do espaço de produção da cultura de massa.

Nosso estudo não pretende mergulhar na “sociologia do cotidiano”, mas devemos considerar que alguns aspectos são relevantes. Primeiramente observamos questões de aprendizagem e transmissão de experiências, pois disso surgiram algumas questões como: O que os jovens aprendem com os pais hoje em dia? Percebemos que essa aprendizagem ocorre com mais frequência no campo da moral e da ética que no campo laboral como acontecia com seus avós. Outro aspecto diz respeito às regras de convivência, assim surgiram questões como: Que práticas são legítimas ou ilegítimas para os jovens? Como sabemos se os jovens têm consciência das regras morais do grupo que fazem parte?

Essas questões nos ajudaram a delinear às primeiras impressões sobre o cotidiano desses jovens, além de apontar para aspectos fundamentais do desenvolvimento da sociabilidade dos mesmos.

3.1 Relações familiares e cotidiano

A partir do pressuposto de que a família é o primeiro espaço de socialização dos jovens, associado à compreensão da identidade como produto das sucessivas socializações (DUBAR, 2005) verificamos que os relatos sobre as relações familiares tornam-se importantes para uma melhor compreensão da reconfiguração identitária operada pelos jovens após o curso de ADC.

Diante disso, verificamos alguns aspectos comuns entre os jovens. Como por exemplo, eles moram com o pai, a mãe e irmãos; a maioria reside na sede do município; a escolarização dos pais geralmente se restringe aos primeiros anos do ensino fundamental; na maioria das famílias o pai é o provedor; exceto o pai de um jovem, os outros são ou já foram agricultores. Alguns também são pedreiros ou aposentados; as mães são donas de casa, mas, geralmente também são revendedoras de catálogo, há uma mãe professora e outra cabeleireira. No que diz respeito à interação dentro das famílias vimos que o relacionamento com a mãe é, na maioria dos casos, mais próximo, os filhos dialogam mais com as mães que com os pais, de certa forma, são as mães que tentam manter a harmonia familiar, como vemos em alguns depoimentos:

... eu converso muito com a minha mãe e pelo que eu mostrei para ela eu mostrei que sou uma pessoa muito madura... (Entrevistado n. 2)

Em geral eu divido mais o meu dia a dia com a minha mãe até porque ela é uma pessoa bem mais... ela reflete as coisas com mais facilidade, ela consegue interpretar as coisas com mais facilidade. (Entrevistado n.3)

Na cotidianidade, a mãe é responsável por manter a harmonia familiar, muitas vezes sendo mediadora entre os filhos e o pai. Segundo Sarti (2010,p.64) a mãe é “quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar.”

As narrativas dos jovens, quando se referiam à família, apresentavam, no interdiscurso (ORLANDI, 1999) alguns valores tradicionais. Porém, cremos que os padrões patriarcais associados às novas dinâmicas da sociedade tem revelado novos arranjos familiares e diferentes tipos de gerenciamento dentro das famílias.

As histórias de vida desses jovens revelam uma predominância da autoridade paterna, tal qual na sociedade patriarcal, mas essa autoridade precisa de

reconhecimento para ser legítima (SARTI, 2010). Assim, verificamos autoridade paterna legítima em algumas famílias, mas em outras não.

Meu pai é muito ciumento, então em conselhos ele fala até demais... ele sempre teve muita preocupação comigo no caso de sair à noite... Ele diz que eu tenho que ser responsável, que eu tenho que me manter em casa pra não fazer coisas erradas... (Entrevistada n. 10)

Outro depoimento dessa mesma entrevistada revela, de forma clara, o reconhecimento da autoridade paterna.

Antigamente mesmo eu nunca, nunca falava sobre meninos com a minha mãe (...) eu nunca me senti segura o bastante para falar isso porque eu tinha medo de que se eu falasse isso pra ela, ela ia acabar falando para o meu pai, aí eu tinha o maior medo de falar sobre isso... hoje em dia eu até falo mais ou menos assim sobre meninos... (Idem)

O relato de outra moça demonstra igualmente o reconhecimento da autoridade paterna, o curioso é que o pai já faleceu, mas mesmo assim a força simbólica de sua autoridade está presente no discurso da jovem:

Minha mãe é muito de chegar e dialogar com a gente, mas eu sinto muita falta do meu pai... quando ele chegava na mesa para dialogar ele fechava, ele chegava, ele dizia um ponto final e acabou, ele não tinha aquela de ter o pé atrás, de voltar atrás, ele não era indeciso... (Entrevistada n. 1)

O relato da entrevistada n.10, mais do que nesse último, revela uma compreensão de família como “entidade moral positiva” (SARTI, 2010), na qual o homem é responsável pela “respeitabilidade familiar”(Idem).

Entretanto, quando o homem falha no seu papel, seja por qualquer razão, ele torna-se “incapaz de mobilizar os elementos morais necessários à obediência, abalando a base de sustentação dos padrões patriarcais em que se baseia a família pobre” (Idem, p. 57). Neste sentido, a família desenvolve “práticas matrifocais” (WOORTMANN apud Sarti, 2010), onde há uma maior centralidade na figura da mãe. O depoimento de uma jovem evidencia essa realidade:

Assim, minha mãe toma uma decisão ela fala e meu pai concorda com ela. Agora mesmo ela estava ligando: - estais aonde? Eu digo: - tenho uma entrevista hoje na Casa da Juventude. Aí ela diz: - Tá bom, cuidado na vida, porque seu pai tava brabo por causa disso, por causa daquilo... (Entrevistada n. 5)

Com intenção de legitimar sua autoridade a mãe recorre à figura do pai ao dizer “seu pai tava brabo por causa disso”. Esse artifício é utilizado na tentativa de manter-se o “respeito à ordem moral que organiza a família, portanto, uma razão simbólica que se reatualiza nos diversos arranjos feitos pelas famílias com seus recursos.” (SARTI, 2010,p.70). Essa jovem mora num sítio, o qual é descrito por ela como a “zona rural do município”, e falando sobre as dificuldades para estudar relata como teve que enfrentar a autoridade da mãe, além das dificuldades de acesso que as distâncias impõem:

Assim, eu durmo na casa da cunhada da minha irmã, como eu estou fazendo esse curso do SENAC eu não tenho tempo de ir para casa, porque tem dias que é o dia todo, manhã e tarde, aí eu passo a maior parte do meu tempo aqui na cidade, às vezes ela liga: - Tu vem pra casa quando? Aí eu digo: - Posso ir não que hoje tem curso. Tem dias que ela diz: - Tu vai vir hoje! Aí eu pego e vou pra casa, mesmo assim perdendo aula... que ela é dessas pessoas que não quer que a gente fique pela casa dos outros. Ela não queria que eu estudasse em Carpina ela dizia que não tinha onde dormir, porque isso, porque aquilo... ela é assim, ao mesmo tempo que ela apóia ela coloca dificuldade. Aí eu fui por trás e quando ela viu eu disse: - Pronto, estou estudando! (Entrevistada n.5)

Observamos que no mesmo trecho da narrativa dessa jovem (entrevistada n.5) ela obedece à mãe e falta aula, mas em outro momento desobedece e se matricula no curso. Com isso, podemos inferir que há uma negociação do poder simbólico nessa família, evidenciado no conflito entre a posição da filha hierarquicamente inferior que a da mãe e os valores que essa filha construiu fora da família (valorização do estudo como meio para melhoria nas condições de vida)⁹.

O conflito de geração também é explicitado nas narrativas dos jovens. Às vezes é expresso como confronto direto com o pai, mas às vezes aceita-se com resignação:

... o que pra ele está certo pra mim está errado, o que pra mim está errado pra ele está certo, a gente nunca consegue chegar num canto só, sempre fica um batendo de frente com o outro... o que eu quero ele não aceita, ele foi criado de um tempo já muito anterior, não conhece as coisas novas, aí eu tento mostrar pra ele, mas tudo tem que ser do jeito dele, aí eu começo a brigar... como quando eu chego tarde da escola, quando eu faço minhas doideiras com minhas colegas... (Entrevistado n. 2)

⁹ Sobre o discurso recorrente no Brasil da relação entre educação, cidadania e progresso, ver o instigante trabalho de: BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo; ARROYO, Miguel. Educação e cidadania: Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2010.

Esse jovem estuda, trabalha e adquiriu obrigações e compromissos dentro de casa, mas para os pais os filhos são sua responsabilidade e portanto o conflito dos jovens com os pais representa a ruptura de uma categoria moral (SARTI, 2010). Segundo essa autora o vínculo entre pais e filhos, nas famílias pobres, não é uma questão apenas de laço sanguíneo, mas sim de obrigação e retribuição.

Outro jovem também identifica as diferenças entre ele e o pai como resultado do choque geracional, porém expressa as diferenças com resignação:

Meu pai é assim... claro a época dele não é a minha, cada um é filho do seu tempo...(Entrevistado n. 8)

Esse rapaz tem consciência de que pensa diferente do pai e de que sua história é também diferente da do pai, porém silencia em relação a sua atitude sobre isso. Neste sentido, o silêncio significa o que não pôde ser falado (ORLANDI, 1999), o que nos leva a deduzir que há o reconhecimento da autoridade paterna.

Além das relações entre pais e filhos vistas até aqui como negociação de ordem simbólica entre rupturas e permanências de padrões tradicionais, observamos na cotidianidade familiar um deslocamento de funções às vezes naturalizados no discurso dos jovens e às vezes não.

As atividades domésticas, tradicionalmente, fazem parte das funções das mulheres, mas ouvimos em muitos depoimentos, que essas atividades são desenvolvidas pelo pai e os filhos:

...durante o final de semana, como a minha mãe trabalha, aí geralmente quem faz as coisas sou eu e meu pai. Eu arrumo a casa e o meu pai ele cozinha, eu fico mais com essa parte de arrumação mesmo. (Entrevistado n.4)

Outro jovem que tem o pai aposentado fala como é a divisão do trabalho doméstico na sua família:

A parte das roupas a gente reserva a parte da tarde que é quando a minha mãe tá em casa aí ela sempre faz isso, agora a questão do almoço essas coisas o meu pai na maioria das vezes ele faz, até porque ele está em casa no período da manhã... e de tarde também. (Entrevistado n.3)

Na casa de outro rapaz o pai não faz serviços domésticos, mas o filho ajuda a mãe:

Assim minha mãe já não tem muita saúde, então eu ajudo arrumando a casa, alimentação, almoço, café e logo em seguida eu vou para o trabalho. (Entrevistado n.2)

Nos relatos desses jovens percebemos inicialmente uma mudança dos papéis de homem e mulher, ou seja, o marido faz atividades domésticas com ajuda dos filhos e não filhas, enquanto a mãe sai para trabalhar. Por outro lado, seus discursos revelam condicionantes para essas situações, uma vez que no Brasil ainda existe uma forte presença de dominação masculina bem expressa na fala de Bourdieu: “afirma-se na objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, baseadas numa divisão sexual do trabalho.” (BOURDIEU, 1999,p.29), então inconscientemente, os jovens sentem necessidade de explicar as condições especiais em que essa divisão sexual do trabalho foi alterada na sua família.

No discurso do entrevistado n.4 “durante o final de semana o pai cozinha”, o jovem especifica a condição especial em que o pai realiza essa tarefa, o não dito pode ser entendido como: normalmente essa tarefa é realizada pela mãe. O mesmo ocorre com o entrevistado n.3 ao afirmar: “até porque ele está em casa no período da manhã... e da tarde também.” A análise desse discurso nos permite compreender que: “se o pai não fosse aposentado não estaria em casa, logo não teria tempo de cozinhar”, ou seja, a memória histórica desses discursos (ORLANDI,1999) - o interdiscurso - nos remete ao discurso da divisão sexual do trabalho nas sociedades tradicionais, em que as atividades domésticas devem ser desenvolvidas pelas mulheres (BOURDIEU, 1999). O entrevistado n.2, entre esses, é o único cuja mãe não trabalha fora e ele ajuda mesmo assim. Então, porque o jovem entrevistado n.2 sente necessidade de justificar sua ajuda à mãe?

Segundo Orlandi (1999:64) “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.” Os dispositivos teóricos que utilizamos nesta pesquisa nos orientam a uma compreensão de que o processo discursivo desses jovens gira em torno da reprodução do modelo de família tradicional.

Os padrões tradicionais não estão aqui associados ao conservadorismo, pois esta associação clássica instituída no pensamento social brasileiro é responsável por:

reduzir a mudança social à dinâmica da ‘modernização’, processo que, assim concebido, pressupõe elites modernizantes, ‘iluminadas’, as que ‘sabem’ e em nome deste ‘saber’ agem no suposto benefício dos que não ‘sabem’, reforçando os mecanismos excludentes na sociedade brasileira.(SARTI,2010:53)

Sendo assim, acreditamos que a noção e as regras da família tradicional estão impressas no *habitus* desses jovens. O *habitus* não é produto apenas das condições de origem de uma pessoa, mas também produto de sua trajetória de vida.

Podemos dizer que depois da família, a escola é o primeiro espaço a proporcionar a formação de uma identidade social (DUBAR,2005). Então, o indivíduo herda uma identidade sexual, étnica, e de classe social, que é de seus pais, mas é “na e pela categorização dos outros (professores, colegas) que a criança vive a experiência de sua primeira identidade social.” (DUBAR,2005,p.147), ou seja, o processo de socialização ocorrido na escola possibilita a construção de uma identidade para o outro, conferida pelo outro.

Assim, nessa relação entre identidade para si e identidade para o outro, “se origina um campo do possível no qual se desenvolvem já na infância, na adolescência, e no decorrer da vida, todas as estratégias identitárias.” (Idem).

3.2 Juventude, trabalho e autonomia

Nesta perspectiva, a valorização da escola tem fortalecido o vínculo formação-emprego, que segundo Dubar (2005,p.148):

[...] entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e a confrontação com o mercado de trabalho constituem atualmente um momento essencial da construção de uma identidade autônoma.

É justamente nesse momento de saída da escola e entrada no mundo do trabalho que se encontram os jovens ADC. Entretanto a “construção de uma identidade autônoma” não deve ser entendida apenas como a construção de uma identidade socioprofissional, nem como a escolha de uma carreira. Num sentido

mais amplo, é importante falarmos que este momento de transição engendra formas de inserir-se no mercado de trabalho, pois a pesquisa empírica mostra que a forma de inserção pode comprometer o “ser jovem”. Assim, observamos nos relatos de vida as conexões que os jovens fazem entre juventude e trabalho, que dividimos em duas categorias: os trabalhos que tolhem a juventude, fazendo com que o jovem deixe de ser jovem; e os trabalhos que engrandecem os jovens, fazendo com que esses mostrem responsabilidade apesar da pouca idade.

O jovem entrevistado n.3 está terminando a escola, estuda no turno da tarde, e faz estágio na cidade vizinha no turno da manhã. Ao conversarmos sobre juventude ele disse que uma pessoa deixa de ser jovem quando assume “responsabilidade que não a convém...” e explicou:

Pessoas que trabalham, trabalham mesmo, não é só estágio, que nem algumas pessoas trabalham ajudando os pais nas casas de farinha, isso de certa forma é um tipo de perder a juventude, porque a maioria do seu dia ele passa na casa de farinha. (Entrevistado n.3).

A entrevistada n.9 trabalha no município que mora e faz faculdade na cidade vizinha.

Eu deixei de ser jovem muito cedo, não sei se por opção minha... não sei, eu acho que eu amadureci muito rápido, desde os meus 16 anos eu trabalho... (Entrevistada n.9)

Nesses dois relatos dependendo da forma de inserção (tipo de trabalho e idade que começa) no mundo do trabalho, a atividade laboral pode interromper a juventude. Mas por outro lado, a maioria dos jovens compreende que só é possível conquistar autonomia através do trabalho.

O entrevistado n.2 trabalha num escritório de prestação de serviços com a tia. Para ele ser jovem é:

Ter responsabilidade, é trabalhar, é se divertir, é fazer loucuras... Todo jovem faz isso! Chega um certo tempo em que a gente vai se tornar mais maduro e vai deixar essas coisas... (Entrevistado n.2)

Quando perguntamos a esse jovem se ele era jovem – fizemos a pergunta com intuito de compreender a elaboração que ele faz de sua identidade social - ele

ficou em dúvida entre a identidade para si e a identidade para o outro, como demonstra a seguir:

Para muitos eu sou jovem, brincalhão, que eu não demonstro ter tanta responsabilidade, mas só quem pode falar realmente isso são minha mãe e eu, eu converso muito com a minha mãe (...) eu tento viver de um jeito que eu sei o que eu to fazendo que a gente não pode passar a maioria do tempo brincando, que a gente tem responsabilidades, tudo tem seu tempo... (Entrevistado n.2)

Esse rapaz assume o trabalho e suas responsabilidades, mesmo que isso comprometa sua juventude.

Exceto esses três acima, os outros jovens não fazem relação entre trabalho e um possível arrefecimento da juventude. Ao contrário, tentam provar que apesar da pouca idade eles conseguem participar do mundo do trabalho que é predominantemente adulto. Eles almejam construir, sobretudo através da forma de falar, a imagem de responsáveis e comprometidos. Neste sentido, seus depoimentos mostram alguns aspectos negativos sobre a juventude:

O ponto negativo em ser jovem é que as pessoas pensam que é ser brincalhão, não quer dar muita oportunidade... (Entrevistado n.2)

A gente pode encontrar algumas dificuldades, muitas vezes assim na questão de oportunidade, que por ser muito novo, às vezes as pessoas podem ficar com pé atrás... tem pessoas que não entendem, às vezes não acreditam porque vê jovem... (Entrevistado n.4)

Eu acho que dependendo do território que você esteja, a falta de oportunidade assim, seja ela pra capacitar ou pra exercer já alguma profissão... (Entrevistado n. 6)

A maioria dos relatos apresenta a falta de credibilidade que o jovem sofre no mundo adulto como o maior ponto negativo da juventude. Então para entrar no mercado de trabalho o jovem precisa construir uma autoimagem que o permita circular no campo das atividades laborais. Essa relação está bem explicada nas palavras de Dubar (2005,p.149):

Essa construção de identidade para si na defrontação com o mercado de trabalho ou com os 'sistemas de emprego' coincide ainda mais com o 'drama social do trabalho', de que falava Hughes, por comportar atualmente, para uma parcela dos jovens, o risco de

uma exclusão duradoura do emprego estável e, para todos os jovens, a criação de estratégias pessoais e de apresentação de si (...) Já não se trata apenas de escolha da profissão ou de obtenção de diplomas, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize a imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos.

Compreendemos que essa “construção pessoal de uma estratégia identitária”, operada pelos jovens, passa pela questão do que “falar quer dizer” (BOURDIEU,2008). Para isso, foi preciso sistematizar as narrativas em pontos temáticos para que sejam analisadas.

3.3 Identificação de juventude pelos jovens

Analisaremos os depoimentos sobre a categoria social “juventude”, que entendemos aqui como a identidade social “ser jovem”.

Entrevistada n.1:

Ser jovem é ter liberdade, ter um... ter algum apoio de uma pessoa sempre do seu lado pra lhe apoiar, pra você ser feliz...

Entrevistada n.5:

Ser jovem eu acho que é você... ser livre, livre pra fazer tudo o que eu quero, mas ser livre naquele sentido de poder escolher meu próprio caminho, trilhar, andar com minhas próprias pernas. Se eu quero participar desse curso pronto, se eu quero viajar pra tal lugar, eu ter o direito de ir aquele lugar. Eu acho que ser livre é isso é você chegar ao lugar desejado, que você sonhou em chegar muito mais adiante, eu acho que ser livre é isso... é você saber que vai conseguir aquilo que sua família vai deixar, sua família vai dar apoio... eu não sou uma pessoa livre, eu sou presa. Tem lugares que eu quero ir, mas minha mãe não deixa, ela vive comigo direto, eu acho que ela não tem confiança... eu digo assim eu não sou uma pessoa livre totalmente pra escolher o que eu quero, ainda não.

Entrevistada n.7:

Para mim essa questão de ser jovem... Algumas pessoas dizem que ser jovem é ser livre, é curtir a vida a todo momento. Mas também essa questão de ser jovem eu acho que é a época que mais você pode parar e pensar na vida e construir raízes pro futuro...

Entrevistado n.8:

Ser jovem é ter a liberdade de fazer o que pensa, é ter liberdade de expressão e é ter liberdade de saber usar essa liberdade. Eu acho que ser jovem é isso.

Entrevistada n.9:

Ser jovem é você tá naquela fase de descobrir as coisas, de você fazer o que, lógico tudo tem seu limite, mas é fazer tudo que tem vontade, ser jovem é você ter, digamos assim, liberdade entre aspas... liberdade de falar o que pensa, de se expressar...

Para a maioria dos entrevistados ser jovem significa ser livre e quando perguntávamos se ela ou ele era jovem, todos respondiam positivamente. Sobre o entendimento de ser livre, alguns foram mais evasivos e outros mais específicos.

O relato da entrevistada n.5, por exemplo, revela indignação com sua situação. Seu discurso compõe o imaginário do que ela gostaria de ser, mas não é. No discurso percebemos o desejo de ir embora, porém silenciado (ORLANDI, 1999), uma vez que o apoio da família significa uma estrutura de sobrevivência (morar, comer, vestir). Se "ser jovem" é ser livre e ela afirma que não é livre, então não é jovem, mas imediatamente após seu depoimento ela afirma que é jovem.

Diante disso, podemos inferir que o significado de juventude está associado à idéia de liberdade, o que no imaginário representa uma utopia de como gostaríamos que fosse, mas isso não impede que seja real, pois é o que acreditam, tornando-se assim constitutivo de suas identidades.

Por outro lado, não conseguem especificar quando uma pessoa deixa de ser jovem. O rapaz entrevistado n.2 afirma:

Você deixa de ser jovem quando você acorda de uma certa forma, você começa a ver que a vida não é só brincadeira, que a vida é tudo que a gente vive, tudo tem um preço, tem uma responsabilidade...

Em oposição a esse, o entrevistado n. 4 não acha que a juventude acaba, em suas palavras:

Na minha opinião, assim, não deixa de ser jovem, eu acho que depende da pessoa se ela quiser, ela nunca vai deixar de ser jovem.

A entrevistada n. 7, relativiza um pouco mais:

Eu acho que o espírito de ser jovem ele eterniza com você, mas aquela questão, o que muda é o amadurecimento, quando você se torna responsável por todas as suas atitudes.

A partir dessas falas vemos que alguns jovens entendem a juventude como estilo de vida, mas que não deve impossibilitar as responsabilidades e compromissos de uma vida adulta.

3.4O que pensam os jovens sobre o mundo rural?

Apesar de partirmos da compreensão da identidade conferida de jovens rurais, esse estudo não pretende reiterar essa identidade dos jovens como rurais ou urbanos porque se trata de uma pesquisa sobre os processos de reconfiguração identitária dos jovens, ou seja, investiga como o jovem constrói e reconstrói sua identidade e não como ele é classificado pelo pesquisador, pois concordamos que "a

relação entre campo e cidade é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa...” (WILLIAMS,2011,p.14), vivência que é expressa nas identidades das pessoas. Além disso, como já explicamos no capítulo teórico, nossa compreensão sobre o mundo rural é de um posicionamento que o toma em relação à sociedade globalizada e essa posição relacional tem revelado novas realidades no mundo rural. Nesta perspectiva, quando narram suas concepções sobre a relação rural-urbano, podemos compreender um pouco mais o contexto histórico-social em que os jovens constroem suas trajetórias de vida.

A jovem entrevistada n.1 tinha terminado o magistério, é filha de agricultores, mora num bairro que segundo ela é uma “divisória entre o rural e o urbano, mas fica mais na parte urbana” e sobre fazer parte de uma juventude rural ela afirma:

Poderia viver porque assim, muita gente vive da agricultura se dá tão bem, vive tão feliz por está ali cultivando a terra... antes eu era assim, mas agora mais não. Eu vejo que eu não faço mais isso.
(Entrevistada n.1)

Ela não faz mais “isso” porque se tornou professora, o que nos leva a crer que sua compreensão sobre o rural está associada à agricultura e a trabalhar como agricultor (a). Para esta jovem a identidade socioprofissional de professora substituiu a de agricultora.

O jovem entrevistado n.2 trabalha no escritório de prestação de serviço da tia, é neto de agricultores e afirma “minha juventude é mais urbana”. Para esse jovem a compreensão do rural é de que se opõe ao urbano pelo ritmo do tempo e pela diferença entre natural e artificial, como declara:

A cidade é um canto mais movimentado, é um corre corre, já a zona rural é um canto mais calmo, um canto que você vive mais de acordo com a natureza. (entrevistado n.2)

Ele afirma que só frequenta o sítio quando vai visitar os tios. Este jovem se identifica com a juventude urbana.

O jovem entrevistado n.3 faz estágio na Agência de previdência social da cidade vizinha, a mãe é professora e o pai já foi agricultor, mas hoje está aposentado. Os avós moram num sítio da cidade vizinha, o qual o jovem visita e participa de algumas atividades, como declara:

É lá no sítio tem vários pés de fruta, sempre, de vez em quando a gente faz parte da colheita, milho, feijão, às vezes algumas frutas quando está na época, a gente vai fazer a colheita. (Entrevistado n.3)

Sobre sua concepção do mundo rural o rapaz não especifica, mas diz que é o que não tem no mundo urbano. E cita um exemplo:

É diferente, o clima da zona rural é bem diferente da zona urbana, a zona urbana é um pouco mais quente e a zona rural ela tem a vegetação e a grande parte da vegetação torna o ambiente mais ventilado. (Entrevistado n.3)

Em outro depoimento, quando perguntamos se ele gostaria de morar lá, este mesmo jovem revela outra forma de distinguir os dois espaços:

Gostar mesmo eu não gostaria não, eu gosto de onde eu moro até porque fica mais próximo dos locais que eu gosto de ir. (Entrevistado n.3)

Ele entende o rural como longe e afastado do centro, onde se tem acesso mais fácil aos “locais que gosto de ir.” Esse jovem não se identifica como jovem rural.

O jovem entrevistado n.4 trabalha na Casa de Juventude, o pai é pintor e a mãe cabeleireira e começou a fazer faculdade de Letras. Sua concepção sobre rural está associada ao espaço.

Eu não tenho contato assim com o meio rural, eu tenho assim, amigos, que são da zona rural, mas eu não tenho contato direto com a zona rural.(Entrevistado n.4)

O “contato direto” com o outro espaço (CERTEAU, 2008) que não é o dele não se refere apenas à moradia, mas também as atividades desenvolvidas nesse outro espaço lhes são estranhas. Quando perguntamos se seus pais já foram agricultores ele respondeu:

Não. Meu pai morou assim no sítio, mas não foi realmente agricultor. É assim, meus avós vieram de outra cidade para morar aqui, aqui ainda tava se desenvolvendo, aí era mais sítio, aí a gente foi criado assim nesse meio, mas sempre puxando mais pra zona urbana. (Entrevistado n.4)

A Análise de Discurso nos dá ferramentas para analisar o não dito, que muitas vezes revela mais do que o que foi exposto, porém não é a verdade, mas uma possibilidade. Assim, nesse discurso, o não dito é a negação de uma origem,

ou seja, apesar de ter nascido no meio rural não se identifica com o meio rural porque, provavelmente, sua trajetória o inseriu em outro *habitus*.

A jovem entrevistada n. 5 estuda na cidade vizinha, faz um curso de qualificação profissional, mas não trabalha. Ela mora num sítio e os pais são agricultores. Sua concepção sobre o meio rural também está vinculada à atividade agrícola, porém considera possível ser jovem rural sem ser, necessariamente, agricultora:

Eu não me envergonho disso, eu sou agricultora, se eu trabalho com eles na roça período de chuva, essas coisas plantando feijão, batata, tudo, então eu sou agricultora, mas para o próprio consumo, mas eles deixam a gente livre pra escolher o que é que a gente quer ser, minha irmã mesmo fez enfermagem, meus irmãos trabalham na usina e na cerâmica. (Entrevistada n.5)

O discurso revela uma concepção do mundo rural mais ligado a moradia, esta por sua vez, é determinada pelo “espaço privado” (CERTEAU,2008) no qual “a criança cresce e acumula na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar” (Idem,p. 205). Dito de outra forma, não importa o trabalho que se tenha na moradia, esta será sempre um “espaço privado” e por isso constituinte das identidades. Continuando, ela se refere ao lugar que mora:

Eu gosto, mas é aquela coisa, na cidade é melhor até para emprego, porque no sítio é muita dificuldade pra tudo... até um curso que aparecer até meia noite que você pode ter na cidade já no sítio dificulta bastante... (Entrevistada n.5)

A acessibilidade é a maior dificuldade para o jovem rural – neste momento evidencia-se a exclusão pela negação dos direitos (LEAL, 2004) - mas essa moça relata também outras dificuldades:

É como eu falei emprego é difícil, festa também que sempre que a gente quer ir, tem que ir até a cidade, aí nem sempre a gente pode vir pra festa. Eu acho que é uma das dificuldades porque se tivesse ônibus ou pista, tivesse carro a todo momento, eu acho que ficaria mais fácil, aí não tem, só tem mototáxi, mas é aquela coisa só tem dois, aí a hora que a gente quer não tem. (entrevistada n.5)

Por outro lado, a moça acredita que vai melhorar, pois mudanças estão acontecendo:

O sítio está cada dia crescendo, já foi construída lá uma praça, porque lá é um distrito daqui da cidade, tem escola de primeira a oitava série, ensino médio, tem cerâmica, lá no sítio mesmo o pessoal vem até de fora pra trabalhar lá, vem de Carpina, Paudalho, tudinho pra lá. (Entrevistada n.5)

Nesse discurso vemos a idéia de progresso que permeia o imaginário da jovem. Os elementos: praça, escola e cerâmica são associados à lazer, educação e emprego. Essa relação pode ser entendida como uma forma de valorizar o lugar que mora.

O jovem entrevistado n.6 trabalha como pedreiro ajudando o pai que também é agricultor, a mãe, segundo o jovem, deixou de ser agricultora porque “veio pra cá pra cidade”, mas o pai mantém um sítio. O rapaz tem uma visão mais ampla sobre o meio rural, na sua concepção o rural é caracterizado pela presença da agricultura, pelo número reduzido da população do município, pela dimensão do município e pela distância da capital. E por viver neste meio, ele se identifica como jovem rural:

Eu sou, até porque estou no meio de um lugar pequeno e alguns, na nossa região tem muita agricultura e eu acho que o meio rural faz parte principalmente assim numa cidade do interior assim pequena, pouco habitante, onde a agricultura tá presente... (Entrevistado n.6)

Por outro lado, ele observa que esse universo está se transformando:

As coisas que a cidade hoje oferece, na zona rural há esse oferecimento também, por exemplo, existe escola, biblioteca alternativa e sempre há associação também. Eu acho que os instrumentos que a zona urbana oferece hoje tá indo pro meio rural. As tecnologias principalmente, utiliza no campo, utiliza na agricultura... Eu acho que a dificuldade mesmo é o acesso e a violência (Entrevistado n.6)

O discurso desse jovem também demonstra que através do progresso as diferenças entre campo e cidade serão diminuídas.

A jovem entrevistada n.7 trabalha (estágio) no Giral, faz parte do movimento Ação Jovem, é um grupo de jovens que se reúne na Casa da Juventude para discutir problemas e soluções em relação a juventude local. Além disso, faz também um programa de rádio para mulheres. Seu pai é vendedor autônomo e a mãe é dona de casa. Ela não se identifica como jovem rural, mas acha que as diferenças estão começando a diminuir através do comportamento das pessoas:

Antigamente tinha muita diferença, mas hoje nem tanta. Eu acho que o pessoal dos sítios se destaca mais do que o pessoal da cidade, por que são jovens idealistas, são jovens que não ficam naquela monotonia assim restrita, não todos, mas alguns... (Entrevistada n.7)

Nesse discurso vemos que sua concepção sobre rural está relacionada ao lugar de moradia “o pessoal dos sítios” e ao comportamento quando afirma que os jovens rurais têm mais atitude que os jovens da cidade.

O jovem entrevistado n.8 trabalha na Casa da Juventude, é professor de música, o pai é agricultor e mora no sítio, a mãe já faleceu. O jovem mora na sede do município e no sítio e dependendo das atividades que tem para fazer fica em uma ou em outra casa. Ele se identifica como jovem rural, mas seu relato mostra um conflito entre a identidade para si e a identidade para o outro:

Meu pai ele nos deu liberdade, por ele ser filho de agricultor e agricultor, ele nunca quis que a gente seguisse o mesmo caminho, então assim, eu me apeguei muito na oportunidade que ele deu, por mais que ele tivesse cheio de trabalho ele nunca nos prendeu... ele queria que a gente estudasse muito, muito mesmo. Eu sou um jovem rural, eu podia está na elite, mas eu sou um jovem rural. Porque? Além de eu passar 18 anos na zona rural, sou do município sabe? É como é que eu posso dizer, eu posso especificar melhor, deixa eu organizar minha cabeça... Quando se refere a jovem rural não quer dizer só sítio, sítio ou cidade pacata. De certa forma, as pessoas têm muito preconceito em relação a isso, por exemplo, o pessoal da capital menospreza muito as pessoas. O Rio de Janeiro menospreza as pessoas de Recife, por exemplo. Eu me preocupo muito quando o pessoal faz essa discriminação porque a gente tem tanta oportunidade, e do jeito que uma pessoa da capital pode chegar ao ponto de tá fazendo faculdade igual a você e uma pessoa pode também tá no mesmo caminho, então, o direito de um é o direito de todos, então não tem direito de tá menosprezando um nem outro. (Entrevistado n. 8)

Esse discurso tem muitos elementos para serem analisados e seus sentidos são múltiplos e variados, mas de acordo com nosso dispositivo teórico de interpretação vamos fazer um recorte para compreender alguns sentidos possíveis desse discurso. Primeiramente temos que considerar dois fatores que afetaram o discurso: aparentemente o entrevistado nunca tinha refletido sobre esse aspecto de sua identidade, percebemos isso através das hesitações na formulação do enunciado, e o outro fator diz respeito à relação entrevistador-entrevistado, o entrevistado inclui a figura da pesquisadora no seu discurso com a intenção de comprovar a realidade do que ele diz. A partir disso, escolhemos um trecho “eu sou um jovem rural, eu podia tá na elite, mas eu sou um jovem rural”, a escolha não é

aleatória, pois entendemos que os sentidos produzidos nessa enunciação revelam categorias constitutivas da identidade do jovem.

Diante disso, podemos inferir que o rapaz faz uma oposição entre ser jovem rural e estar na elite, colocando assim o jovem rural numa posição social menos favorecida. Quando ele diz que poderia estar na elite o não dito desse enunciado nos informa que o jovem passou, ou vem passando por uma trajetória de vida que lhe deu mobilidade social, mas por uma questão de valor moral, a humildade, ele optou por permanecer jovem rural. Neste sentido, podemos supor que a identidade desse jovem é marcada por seu *habitus* de origem.

A jovem entrevistada n.9 trabalha na rádio, é funcionária da prefeitura e faz faculdade no município vizinho. O pai é vendedor autônomo e a mãe é dona de casa, mas ambos já foram agricultores. A avó, as tias e o namorado moram num sítio do município vizinho, em que a jovem nasceu, morou por dez anos e frequenta todo domingo. Mas, apesar de todos esses laços a jovem não se identifica como jovem rural.

A partir desses depoimentos, vimos que apenas três jovens identificam-se como jovem rural, nessa identificação ou não identificação está implícito um universo cultural em que os jovens ora abraçam, ora rejeitam. As concepções sobre mundo rural elaboradas pelos jovens são uma reprodução do que tradicionalmente é reconhecido como rural em que a maior referência é a agricultura, além de ser identificado também como o “meio natural” em oposição à cidade, o “meio técnico”. Esse pensamento pode ser justificado pelo fato de que o meio rural, mesmo próspero, faz parte dos fracos. Apesar da redução das diferenças mais gritantes entre as condições de vida no campo e na cidade, inclusive percebidas por alguns jovens, em sociedades de capitalismo avançado a zona rural ainda continua fragilizada e a disparidade se revela maior em relação ao acesso da população rural aos bens e serviços materiais, sociais e culturais (WANDERLEY, 2000).

3.5 O que significa ser Agente de Desenvolvimento da Comunicação?

Os relatos de vida sobre a experiência de ser ADC mostram como os processos de reconfiguração identitária dos jovens os ajudou a construir uma “identidade narrativa” em que identificar-se ou ser identificado é antes de tudo “dizer-

se através de palavras” (DUBAR,2009). Vamos analisar os depoimentos nesta perspectiva. A entrevistada n.1 afirma que ser jovem ADC:

É assim, você vai, é onde captamos todas as informações para melhoria da juventude, onde podemos colocar em prática no município e diante de qualquer dificuldade você sabe como resolver, como agente de desenvolvimento da comunicação, você vai sair com a cabeça mais aberta. Eu não era muito de falar com as pessoas e depois que eu fiz o curso de ADC eu passei a falar com todo mundo na rua, me entrosar com outras pessoas.

Apesar de não parecer muito claro para essa jovem o que significa ser ADC, ela demonstra que as mudanças em seu comportamento foram bem significativas.

O rapaz entrevistado n.2 explica que ser um jovem ADC:

É ser um jovem mais preparado pra atualidade, ser um jovem mais cabeça, eles mostraram a gente que a gente podia ter vez e voz só bastava a gente querer e a gente realmente se interessar por aquilo, saber que nem tudo é do jeito que todo mundo quer a gente pode chegar e fazer a diferença e cada um pode dar a sua palavra, cada um pode dar sua opinião. Eu aprendi a discutir, a fazer a diferença, a botar minha marca naquele canto, onde alguns tiveram medo, preferiram ficar calado, eu vim falei fiz a diferença. As pessoas diziam que eu tava sabendo mais conversar, de um jeito mais certo, antes eu era mais quietinho.

Num primeiro momento o jovem relata o que o curso ensinou que os ADCs deveriam ser, depois ele se coloca na primeira pessoa “eu aprendi” e demonstra como “falar” foi importante, pois ele descobriu como “botar a marca naquele canto” essa expressão pode ser entendida como destacar-se, ser ouvido. E por fim ele relata como as pessoas perceberam as mudanças no comportamento dele.

O entrevistado n.3 afirma que o jovem ADC:

É o jovem que leva a comunicação a todo lugar, em todo lugar que ele esteja, em qualquer tipo de sociedade que ele esteja. De certa forma, as portas se abriram pra mim, eu consegui esse estágio e a comunicação faz a gente se relacionar melhor com as pessoas. As pessoas perceberam que eu estava mais dedicado, mais responsável...

Segundo o rapaz entrevistado n.4 ser ADC:

É o jovem comunicador, que gosta de trabalhar com essa área, que gosta de multiplicar. Eu era muito tímido... o curso me ajudou muito nesse sentido. É, todo mundo notou que eu estava uma pessoa mais comunicativa.

Esse rapaz (entrevistado n.4) é professor de informática na Casa da Juventude e participa de alguns projetos de comunicação desenvolvido pela casa, mas nem todos os ADCs conseguiram trabalho na área de comunicação. É interessante observar também que quando os jovens dizem como as pessoas perceberam as mudanças é como se quisessem atestar a experiência que vivenciaram.

A jovem entrevistada n.5 afirma que:

O jovem ADC é uma pessoa que pode usar a comunicação de várias formas, como a gente mesmo fazia o programa na rádio que era mais voltado ao público jovem.

O depoimento dessa jovem não é muito esclarecedor, mas em outro momento ela conta uma experiência em que a comunicação lhe ajudou a enfrentar uma determinada situação. O fato que ela relata aconteceu na época que a jovem fazia o curso de ADC e Magistério:

Eu me levantava cedo pra botar água, tem um jumento lá em casa, pra botar água pro burrinho, aí eu tinha que me levantar cedo pra buscar água, às vezes junto com a minha mãe fazer o serviço de casa, lavar prato, varrer a casa, pra poder ir pro curso, porque eu sabia que ali no curso eu ia ter melhorias. Então, eu queria muito fazer aquele curso (ADC), que eu vi que tava me interessando, mas na hora ela (mãe) dizia: 'Pra fazer isso tem que fazer isso' aí eu pegava e ia buscar água, varria a casa, lavava os pratos, fazia questão de ir pro curso porque eu sabia que ali eu tava no lugar certo, e à noite eu fazia magistério, aí pronto eu saía de manhã e voltava de duas horas, aí já não ia mais pra casa (sítio) ficava aqui na cidade mesmo até a hora de ir pro magistério que era à noite. Na volta o ônibus ele não deixava em casa, ele deixava de onde eu ficava pra minha casa era meia hora de caminha e era canavial e eu tinha que ir a pé, aí meu irmão me esperava, aí quando a gente ouvia qualquer barulho de moto a gente corria pra dentro da cana com medo, às vezes a gente ouvia o barulho de moto lá distante, mas a gente ficava lá na cana esperando, aí não via nada, minha mãe ficava atucalhando... Só sei que um dia, o juiz tava na escola, aí ele pegou e disse que a gente podia fazer perguntas, aí eu questionei a ele sobre isso, do que eu tava passando, que eu tava ali querendo estudar, mas que a dificuldade era essa que o ônibus não chegava até em casa. Aí ele pegou e mandou eu ir no outro dia falar com ele, aí eu fui até o Fórum, ele fez um documento que eu entreguei na secretaria de educação, aí a secretária junto com o motorista eles foram lá avaliar como era a estrada, porque dizia que a estrada era ruim, a estrada era ruim, mas só que alguém tinha que ajeitar, eu como aluna queria estudar, aí eu sei que ele (motorista) foi até o sítio e olhou, aí o tempo foi passando, passando, passando, aí foi até o tempo que eu terminei o magistério, mesmo assim na dificuldade, distante, dormia na casa de amigas, às vezes eu ficava esperando

em casa de família lá no sítio quando chovia, às vezes ficava sem crédito e ficava lá no terraço esperando minha mãe aparecer, olhava a estrada e as cana grande..., aí a gente ia ligeiro pra casa e fechava a porta. Aí eu falei com a minha mãe: ‘se não resolver isso, eu vou até a rádio’. Aí lá na rádio tem um menino que faz o programa, aí eu digo: ‘vou falar com ele pra ele falar na rádio essa questão do ônibus, que eu não vou esperar mais não, que foi sobre o secretário de educação. Aí minha mãe: ‘Pára por aí se não isso vai dar errado, é melhor tu parar por aí, tu já tá terminando o magistério, é melhor deixar pra lá...’ aí eu deixei. (Entrevistada n.5)

Nesta narrativa, a jovem fala um pouco da sua rotina diária, descreve as dificuldades que enfrenta para estudar, e relata como procedeu para tentar mudar aquela situação. Ao analisarmos os sentidos produzidos por esse discurso encontramos uma história de superação em que a jovem sentindo-se empoderada, devido a ideologia fomentada no curso de ADC, decide enfrentar aquela situação através de denúncia contra a administração pública. Primeiramente quando ela fala com o juiz, e em seguida, quando ela pensa em continuar com essa ação, utilizando a rádio, mas, por fim, a mãe a censura e a proíbe.

O discurso que nos “salta aos olhos” é a história de superação e coragem dessa jovem. Por outro lado, queremos analisar o que foi dito de forma pormenorizada, ou seja, o discurso autoritário da mãe. Para isso partimos de dois momentos da narrativa da jovem. Primeiro: “eu queria muito fazer aquele curso (...) mas na hora ela dizia: pra fazer isso tem que fazer isso”. Apesar de entendermos que nas famílias pobres as filhas dividem o serviço doméstico com as mães (SARTI,2010), no caso dessa jovem a obrigatoriedade do serviço doméstico tornou-se um condicionante para que ela pudesse estudar. Já havíamos analisado a autoridade dessa mãe em outro momento, quando falamos sobre a reprodução do modelo de família tradicional. Segundo: quando a mãe diz “Pára por aí se não isso vai dar errado (...) é melhor deixar pra lá” e a jovem desiste de continuar com a denúncia, então a censura da mãe a fez parar. Dessa forma entendemos que a “cultura do silêncio” se estabelece também nas relações de poder da vida privada.

O discurso dessa moça revela uma ambigüidade, se por um lado a “fala” tornou-se uma experiência de libertação, no sentido freiriano de que a “palavra” é “práxis”, em que foi possível trazer para esfera pública questões antes silenciadas, por outro lado, uma palavra da mãe foi suficiente para silenciar a jovem. Neste sentido concordamos com Bourdieu (2008) ao afirmar que “A especificidade do

discurso de autoridade reside no fato de que não basta que ele seja compreendido, é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio.” (BOURDIEU, 2008,p.91)

O jovem entrevistado n. 6 não conseguiu formular uma idéia sobre o significado de ser ADC, mas conseguiu apontar diferenças entre um jovem que é ADC e uma que não é. Assim:

O jovem ADC, é claro que ele não sabe de tudo, é falho também, ou seja, pecador, mas assim talvez o jovem não ADC ele não visualize tanto onde é que está o problema, o jovem ADC também, mas ele vê que tem alguma coisa errada.

Apesar da dificuldade para escolher as palavras certas que definissem o que é um jovem ADC, o rapaz (entrevistado n.6) afirma que, dentro do que é comum a todos os seres humanos “pecador”, ou seja, não há nada especial, num jovem ADC, além da capacidade de ser um jovem mais crítico que os outros. A qualidade de ser crítico está implícita no discurso “ele vê que tem alguma coisa errada”.

Em oposição a esse, a entrevistada n.7 define com mais precisão o que significa ser ADC:

Ser um jovem ativo, comunicativo, ser um jovem idealista, que tem um olhar crítico pras coisas, que você possa dizer não eu não acho isso porque minha opinião é isso, é aquele jovem que se destaca, que fala o que pensa... Eu passei a interagir mais com as pessoas e passei a me interessar mais por projetos sociais. Todo mundo diz que eu mudei meu comportamento.

De acordo com o relato dessa moça podemos entender que o jovem ADC é aquele que recusa um lugar de submissão imposto a ele pela sua condição de juventude: de pouca idade, ou ainda aquele que não consegue pensar por si, que não sabe o que quer, e todas essas expressões que associam a juventude como inexperiente.

O rapaz entrevistado n. 8 afirma que ser jovem ADC:

É ser esse jovem com liberdade de expressão, é esse jovem que sabe o que é comunicação, o que é inclusão social, é o jovem que tem a comunicação como direito humano mesmo, sabe... é o jovem que não tem medo de expressar o que sente. Eu mudei minha visão para o mundo, antes eu me preocupava muito em não magoar as pessoas, toda vez eu era o bonzinho, sabe, para agradar as

peças, e hoje eu vejo que é errado, se eu agi dessa maneira eu não estou sendo correto comigo mesmo...

A narrativa desse jovem revela que ele ressignificou os conhecimentos construídos no curso de ADC de modo a torná-lo uma experiência terapêutica, fazendo com que o jovem mudasse seu comportamento e elevasse sua autoestima.

A entrevistada n.9 compartilha muito do que já foi dito sobre o significado de ser jovem ADC:

É você ser um jovem diferenciado na comunidade, as pessoas vão lhe ver diferente e a gente começa a ver, através da formação de ADC, particularmente eu comecei a enxergar o mundo com outros olhos, a ser mais crítica. Eu era uma pessoa mais fechada, mais tímida e a partir da formação do ADC, eu acho que eu consigo me comunicar melhor, acho que é isso, principalmente em público.

Assim como outros jovens relataram, essa jovem também considera que tornar-se ADC foi uma forma de destacar-se entre os jovens.

A moça, entrevistada n. 10, afirma que ser jovem ADC

É um jovem comunicador, é um jovem com visão diferente, com voz e vez. Lá no curso de ADC eu me descobri uma comunicadora mesmo, não tenho mais vergonha, sabe. Chegar lá na rádio mesmo e falar... eu nunca pensei.

De uma maneira geral, os depoimentos revelam que o curso mexeu com a autoimagem de cada um, no sentido de elevar a autoestima, de tornar-se mais crítico, de se destacar dentre os outros jovens da localidade. A proposta de qualificação profissional que o curso oferecia foi resignificada pelos jovens tornando-se uma experiência reflexiva que possibilitou uma reconfiguração identitária dos jovens.

3.6 “O que falar quer dizer?”

Essa reconfiguração identitária não faz parte de um projeto de mudanças estruturais na sociedade formador de uma identidade coletiva, mas sim de processos individualizados de distinção. Quando os jovens afirmam “eu aprendi a falar”, “eu tenho vez e voz” eles querem dizer que passaram a falar de forma mais “adequada”, menos infantil, ou ingênua, significa que ampliaram seu vocabulário e sua “visão de mundo” e por isso sentem-se em condições de posicionar-se em outro patamar da hierarquia social. Isso pode ser melhor compreendido através do

conceito de “estilo” definido por Bourdieu (2008), em sua obra Economia das trocas linguísticas, como:

uma elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas, é um ser percebido que existe apenas em relação com sujeitos perceptores, dotados dessas disposições diacríticas que permitem estabelecer distinções entre maneiras de dizer diferentes, artes de falar distintivas. (Idem, p.25)

Nesta perspectiva falar tornou-se um elemento de distinção para esses jovens porque falar é apropriar-se de um estilo, no sentido de assumir uma posição na hierarquia dos grupos correspondentes. (Bourdieu, 2008)

Para que a fala seja reconhecida como um elemento de distinção é necessário que existam “sujeitos perceptores” capazes de legitimar a distinção (Idem). Sendo assim, vamos analisar as narrativas para averiguar como os jovens perceberam-se destacados ou privilegiados.

O jovem entrevistado n. 2 relata uma ocasião em que se sentiu destacado:

Uma vez na escola, eu sei que o certo é cada um trazer o seu material pra escola, eu tava na minha sala e o professor passou uma atividade pra nota e eu não tinha levado o livro e ele mandou todo mundo fazer individual, não só eu mas outros alunos também esqueceram o material. Aí eu fui até a biblioteca e pedi um livro e meus colegas também foram, só que ela (bibliotecária) não quis emprestar o livro, aí eu pedi, novamente o livro com toda educação, aí ela falou que não. Aí eu falei que ela tava errada, a gente também tava, mas se a gente tava ali é por que a gente queria coisa séria, a gente queria estudar e ela não tinha o direito de fechar a porta pra gente quando a gente precisasse, já que a escola é um canto que quer salvar muitas pessoas, que quer abrir caminhos, ela não podia negar o direito da gente, a gente foi procurar o conhecimento e ela negou, só sei que eu fui falar com o diretor e acabei conseguindo o livro não só pra minha turma como na outra também. Aí o pessoal ficou falando: “menino, tais virado!”

Nesse discurso, quando o jovem diz “falei com educação”, ele acredita que falou de forma adequada para que a bibliotecária cedesse ao seu pedido, como ele não obteve o retorno desejado, decide mudar seu discurso e diz “a gente está no nosso direito”, ele não fala apenas por si, ele se coloca como “porta-voz” dos estudantes. Isto é, “para que o que seja dito tenha êxito é necessário que a função social do locutor se adéqüe ao discurso que ele pronuncia” (BOURDIEU, 2008,p.89). O jovem tenta legitimar seu discurso ao reclamar em nome de uma coletividade, porém o insucesso da segunda investida não o desestimulou e o fez recorrer ao

poder hierárquico do diretor. Por fim, o reconhecimento dos colegas é a comprovação da distinção do rapaz dentre os demais jovens.

Diferentemente do entrevistado n.2, a jovem entrevistada n. 7 não relata um fato específico em que se sentiu destacada, mas a narrativa sobre seu trabalho revela esse sentimento:

Eu trabalho no Ação Jovem, é um grupo de projeto social. A gente costuma realizar todos os anos a caminhada pela paz, a gente também já fez alguns seminários para juventude “Juventude formando juventude”, e essas questões mesmo de movimentos sociais de sensibilizar a população... Eu acho que você fazer parte de movimentos sociais, fazer parte de projetos sociais, ser coordenadora de um grupo social, eu acho que isso sim é que é construir uma raiz de cidadania.

De uma maneira geral, os jovens expressam mudança de comportamento geradora de valorização pessoal, cujo elemento desencadeante foi a “fala”, essa por sua vez, não pode ser entendida fora de suas condições sociais. Neste sentido:

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também neste caso a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio biológico, universal e, portanto, não distintiva, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, numa palavra, a distinção. (BOURDIEU, 2008,p.42)

A longa citação de Bourdieu (2008) se faz necessária porque fundamenta toda nossa compreensão sobre a diferença entre a fala enquanto capacidade inerente ao ser humano e a fala enquanto elemento de distinção. Esta perspectiva possibilitou que entendêssemos o que significou de fato, para os jovens, tornarem-se ADC e como isso engendrou reconfigurações identitárias capazes de proporcionar uma maior inserção social desses rapazes e moças.

Conclusões

Para fazermos as considerações acerca dos resultados da pesquisa é necessário voltarmos aos objetivos propostos neste estudo. Assim, para analisar os processos de reconfiguração identitária dos jovens ADC como estratégia de inclusão social, partimos da discussão de diversos conceitos para uma construção teórica que desse suporte ao estudo empírico.

Vimos que trabalhar com juventude rural implica uma discussão sobre a definição do que é rural. As teorias sobre o mundo rural, grosso modo, se dividem entre as abordagens do *continuum* entre urbano-rural, ou seja, as transformações do mundo rural o levará a tornar-se urbano, e a perspectiva das novas ruralidades que demonstra continuidades e descontinuidades entre o mundo rural e o urbano. Nos apoiamos, principalmente, nas considerações de Maria José Carneiro(2007) que acredita que há no meio rural uma “nova realidade” em que dificulta a percepção do lugar do jovem nesse contexto. Então, partindo de uma perspectiva relacional decidimos considerar a interculturalidade como o contexto em que os jovens ADC experimentam processos globais no âmbito cultural, social, econômico e político e ao mesmo tempo vivem sua cotidianidade integrados localmente. Apesar de partirmos da identificação conferida dos jovens ADC como rurais, esperávamos que, em suas histórias de vida, eles revelassem como se representavam.

Essa consideração acerca da definição do próprio jovem sobre sua identidade se baseia na concepção de “identidade narrativa”, para qual “identificar-se ou ser identificado não significa ‘projetar-se sobre’ ou ‘assimilar-se a’, é antes de mais dizer-se através de palavras” (DUBAR, 2009,p. 173). Dito de outro modo, as identidades são construídas dentro do discurso (HALL, 2006), ou seja, é como identifico simbolicamente a finalidade de minha ação (CASTELLS, 2008). Nesta perspectiva, a linguagem, a fala, a expressão e a comunicação, são elementos estruturadores das identidades.

A concepção sociológica de comunicação a entende como interação social. Assim, quando os jovens admitem que “aprenderam a falar”, ou que deixaram de ser tímidos, querem dizer que passaram a falar com mais propriedade, que ampliaram seu vocabulário. Enfim, perceberam que para cada campo, escolar, familiar, econômico, etc, existe uma conduta valorizada adequada (BOURDIEU, 2011).

Ao fazermos uma comparação entre o objetivo do curso de formação de ADC e as apropriações que os jovens deram aos conhecimentos elaborados no curso, verificamos que a formação dos ADCs, apesar de vislumbrar a formação de sujeitos atores, não nos pareceu lutar contra a globalização, mas sim contra a exclusão que ela provoca. Percebemos nos jovens uma vontade de se incluir, e de ter acesso a bens e serviços de qualidade e permanecer com dignidade em seu território. Por outro lado, os jovens não se manifestam contrários às relações de dominação e autoritarismo, algumas vezes em seus relatos demonstravam indignação, com algumas situações, seguida de um sentimento de resignação. Neste sentido, os achados da pesquisa fizeram emergir a relação entre identidade do jovem ADC e inclusão social.

Diante disso, fizemos um levantamento bibliográfico sobre inclusão social. Verificamos de imediato que não é possível falar em inclusão sem falar sobre exclusão. Dito de outra forma, não precisaríamos falar em inclusão social se a sociedade não fosse excludente. Desse modo percebemos que o aporte teórico utilizado nesta pesquisa deveria fundamentar-se numa concepção dialética entre exclusão/inclusão (SAWAIA,2009). Após superarmos o desafio de entender a polissemia em torno deste conceito, vimos que a concepção dialética exclusão/inclusão trata, em nosso entendimento, de uma “inserção precária” no mundo social. Isto é, o problema da exclusão é uma decorrência das contradições da própria sociedade globalizada e não como a “ruptura de laços sociais” (LEAL, 2004). Neste sentido, fundamentamos nossa crença em que a reconfiguração identitária dos jovens ADC para inclusão social ocorreu dentro das estruturas de reprodução social.

O estudo sobre a reprodução social, baseado nas leituras de Bourdieu(2011), ajudou a desvelar de que forma a reconfiguração identitária dos jovens ADCs foi uma estratégia de inclusão social e não de mudança social como propunha o curso.

O percurso metodológico utilizado baseou-se em procedimentos qualitativos. A utilização do método de histórias de vida tópica possibilitou uma compreensão mais subjetiva de um determinado momento da vida daqueles jovens. Temos total consciência de que a história da vida desses jovens não foi contemplada na sua totalidade, inclusive, os cortes que precisaram ser feitos em seus relatos em virtude

do aprofundamento necessário em determinados aspectos, foram o maior desafio desta pesquisa.

Nas histórias de vida verificamos como os jovens narram suas identidades. Antes de serem ADCs, os sujeitos da pesquisa, têm a “identidade conferida” de jovens e rurais. Para compreendermos o processo de reconfiguração identitária dos jovens ADC, precisamos antes refletir sobre suas concepções acerca dessas identidades conferidas.

Assim, vimos que a ideia de juventude está intimamente ligada a ideia de liberdade o que confere um imaginário constitutivo de sua identidade. Além desse imaginário há também uma compreensão de juventude como “estilo de vida”, neste sentido, a juventude não tem fim, porém, especificam os jovens, esse modo de viver, “ser jovem”, não deve impossibilitar os compromissos e responsabilidades de uma vida adulta.

Para a maioria dos jovens, só é possível conquistar autonomia através do trabalho. Assim, constatamos que a inserção no mundo do trabalho implica duas preocupações para os jovens: primeiro, se o trabalho for penoso, ou se o jovem for obrigado a trabalhar para ajudar nas despesas de casa, então esse trabalho tolhe a juventude porque ela perde seu valor de “liberdade”; segundo, é a preocupação de que eles têm de provar que apesar da pouca idade, eles conseguem participar do mundo do trabalho, que é predominantemente adulto.

A pesquisa sinaliza para o fato de que os jovens precisam construir uma autoimagem que o permita circular no campo das atividades laborais.

Em relação à identificação de jovem rural, percebemos que essa questão está implícita no universo cultural em que os jovens ora abraçam, ora rejeitam. As concepções sobre o meio rural elaboradas pelos jovens são uma reprodução do que tradicionalmente é reconhecido como rural em que a maior referência é o rural-agrícola, além dessa, os jovens também apontam outros significados ao rural como “meio natural”, “espaço de tranquilidade”, mas também de escassez de serviços.

O processo investigativo revelou que as relações entre pais/mães e filhos/filhas estão em constante negociação de ordem simbólica entre rupturas e permanências de padrões tradicionais, observamos ainda, que na cotidianidade

familiar há um deslocamento de funções, às vezes naturalizados nos discursos dos jovens e às vezes não. Entretanto, esses movimentos dentro das famílias, dentro dos costumes e da cotidianidade não chegam a alterar os padrões tradicionais de organização familiar. O que nos leva a crer que o modelo de família tradicional está impresso no *habitus* (BOURDIEU, 2011) desses jovens, e portanto é constitutivo de suas identidades.

Finalmente, acerca da compreensão do significado de ser jovem ADC, verificamos que as experiências vividas durante o curso de formação provocou mudanças de comportamento, pois os jovens passaram a ser menos tímidos, mais questionadores, passaram a ter mais interesse por cidadania e direitos humanos, alterou também a autoimagem de cada um, no sentido de elevar a autoestima, além disso, tornaram-se mais críticos e sentem-se destacados, diferenciados dentre os demais jovens da região. Dessa forma, vimos que a proposta do curso de formação foi ressignificada por eles, tornando-se uma experiência reflexiva que possibilitou uma reconfiguração identitária dos jovens.

Chegando ao término deste estudo verificamos que todas essas mudanças no comportamento dos jovens foram atribuídas ao “falar”, “expressar”, ou como eles diziam “eu aprendi a falar”, “eu tenho vez e voz”, ou seja, passaram a falar de forma mais adequada, menos infantil, com maior variedade no vocabulário, com mais compromisso com o que é dito e de forma mais segura sobre o que era dito. Diante disso, sentem-se em condições de posicionarem-se em outro patamar da hierarquia social.

A reconfiguração identitária operada pelos jovens não foi parte de um projeto de mudanças estruturais na sociedade, como previa o curso, mas sim processos individualizados de distinção (BOURDIEU, 2008) dentro da ordem social vigente. Esses processos foram constituintes das reconfigurações identitárias dos jovens que só pôde tornar-se uma estratégia de inclusão porque os jovens perceberam que a capacidade de falar não é só uma característica inerente ao ser humano, mas sobretudo, uma “competência necessária para falar a língua legítima” (Idem, p.42). Assim, uma das interpretações possíveis desse estudo nos leva a compreender que a “fala” foi o mecanismo que possibilitou uma inclusão no mundo adulto e, sobretudo numa sociedade marcada pelo silêncio, como identificou o próprio coordenador do

Geral e, que se fez presente também, nos relatos de vida dos jovens ADCs. Dito de outro modo, “aprender a falar” possibilitou uma inclusão no mundo adulto dentro das relações de interconhecimento, porém, não significou uma garantia da cidadania, nem possibilitou uma inclusão através da transformação social.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla B. (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Las estratégias de La reproducción social.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

----- . **A economia das trocas linguísticas:** O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

----- . **A dominação masculina.** Portugal: Celta Editora, 1999.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade.** In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo; ARROYO, Miguel. **Educação e cidadania:** Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2010.

CAREGATO, Rita C. Aquino e MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa:** Análise de discurso versus análise de conteúdo. Revista Texto e contexto enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina v.15, n. 004, p. 679 – 684. 2006.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural.** In: CASTRO, Elisa Guaraná; Carneiro, Maria José (orgs.) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

----- **Ruralidade: novas identidades em construção.** In: Estudos, sociedade e agricultura. “O novo mundo rural, sustentabilidade e globalização.” Rio de Janeiro, UFRJ, n. 11, outubro, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania do Brasil – O longo caminho.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Editora Paz e Terra, São Paulo, V. 2, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná e CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

----- **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, EDUR, 2009

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.37-342

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO, José da Silva. **O novo rural, uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades** – a interpretação de uma mutação. Edições Aforamento. Porto, 2006.

----- . **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

----- . **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

----- . **Educação como prática libertadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa**. In: PIMENTA, Selma, GHEDIN, Evandro, FRANCO, Maria Amélia (orgs). Pesquisa em educação – Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006)

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org) Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

----- **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro:DPeA, 2006

HOBBSBAMN, Eric. **Pessoas extraordinárias:** resistência, rebelião e jazz. São Paulo: editora Paz e Terra, 2005.

KRAUSKOPF, Dina. La condición juvenil contemporânea em La constitución identitaria. In: Última Década,n.33, CIDPA. Valparaíso, diciembre 2010, pp. 27-42.

LAVILLE E DIONNE, **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEAL, Giuliana Franco. **A noção de exclusão social em debate:** aplicabilidade e implicações para intervenção prática. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais, setembro de 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão. Pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma:** que quer dizer desenvolvimento local? In: CASSIA-BAVA, VERONIKA, P. SPINK, P.(org.), *Novos contornos da gestão local:* conceitos em construção. São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PECHEUX. M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas – SP: Pontes,2002.

PERUZZO, Cecília K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Disponível em WWW.portagens.com.br. Acesso em 01/09/2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** : Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2010.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (org.) A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Dileno Dustan L. **Movimentos sociais, ONGs e educação**: uma estudo de caso. Aparecida – SP: Idéia & Letra, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. **Teorias e “teorias” de famílias**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 3ª ed. 2010.

TUFTE, Thomas. Juventude, comunicação e mudança social: negociação, navegação e narração da vida de jovens em uma realidade glocal. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, V.33, N.2, P. 51-69, jul/dez. 2010. Disponível em WWW.revcom2.portcom.org.br. Acessado em 09/07/2011.

TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). **Inclusão digital, inclusão social?** Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares. Recife: Ed. Do autor, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade** : na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

XIBERRAS, M. As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

Teses e dissertações:

PAULO, Maria Assunção de. **As construções das identidades e diferenças entre os jovens rurais e urbanos em um pequeno município**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2010.

PIRES, Alexandre Henrique. **Extensão e juventude rural:** a experiência dos agentes promotores da agroecologia (APAs) no Sertão do Araripe de Pernambuco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), UFRPE, 2011.

QUEIROZ, Nataly. **Redes sociais, juventude rural e desenvolvimento local:** apropriação de propostas de comunicação para o desenvolvimento de redes globalizadas pelos jovens do Cariri cearense. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), UFRPE, 2011.

SILVA, Rosi Cristina. **A voz e a vez dos jovens da Bacia do Goitá:** arte, cultura, folkcomunicação e desenvolvimento local na experiência do projeto Sanfona cultural em Pombos – PE. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), UFRPE, 2010.

SILVA, Yuri. **Juventude rural e políticas de extensão rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), UFRPE, 2011.

SOARES, Sabrina. **A inserção de jovens rurais na economia solidária sob a perspectiva do desenvolvimento local:** análise da experiência da cooperativa de adolescentes e jovens do setor de artesanato do meio rural do município de Ouricuri, Pernambuco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), UFRPE, 2011.

Sites:

WWW.portalgens.com.br

WWW.revcom2.portcom.org.br

WWW.censo2010.ibge.gov.br

WWW.juventude.gov.br

WWW.ipea.gov.br

WWW.giral.org.br

APÊNDICE

Roteiro de entrevista realizada com os jovens ADC.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade

Telefone:

Email:

Endereço:

O que está fazendo atualmente?

2. FAMÍLIA:

1.Com quem mora?

2.Você gosta do lugar onde mora? Porque?

3.Pretende continuar morando aqui?

4.Na sua casa, quem é a pessoa que melhor entende você?

5.Quem é a pessoa que resolve tudo?

6.Quem é a pessoa mais bem informada?

7.Seus pais são ou já foram agricultores?

8.Quem trabalha na sua casa e o que faz?

3. JUVENTUDE E COTIDIANO

1.Me fale um pouco da sua rotina.

2.Quem faz o que em casa?

3.Vocês fazem as refeições juntos? Costumam fazer orações antes?

4.Você sabe cozinhar? Se sim, aprendeu com quem? Alguma receita especial?

5. O que vocês costumam comer?

6.Quem faz a feira?

7. O que você e sua família costumam fazer juntos? Comer, assistir TV, passear, visitar parentes, ir à missa ou ao culto,etc.

8. O que você costuma fazer no tempo livre?

9. Você tem computador em casa? Se sim, quem usa? Se não, onde usa?

10.Você utiliza o computador para fazer o que?

11.O que você mais gosta de assistir na TV?

12. Você ouve rádio? Alguma rádio local? Que programas?

13. Que tipo de música você gosta? Você é fã de algum cantor ou banda?

14.Você já foi para algum show? Quais? Com quem?

15.Aqui tem muitos shows?

16. Quais são as principais festas da cidade? Quais você vai? Com quem vai?

17.Você costuma ler jornais, revistas e/ou livros? O que mais te interessa?

18.Que interesses e gostos você tem em comum com seus amigos?

19. Na sua família, que assuntos mais te interessam? Que assuntos sua família tem mais interesse?
20. Você pode me dizer alguns conselhos que seus pais costumam dizer em casa? Eles são os mesmos para você e para seus (suas) irmãos (ãs)?
21. Existe algum assunto que você gostaria conversar com seus pais, mas não conversa? Quais?
22. O que significa ser jovem?
23. Você é jovem?
24. Quando uma pessoa deixa de ser jovem?
25. Existe algum ponto negativo em ser jovem? Qual?
26. Você diria que faz parte de uma juventude rural? Porque?
27. O que as pessoas sempre dizem de você? Você concorda?
28. Você já viajou? Para onde? Porque? Com quem? O que você achou?
29. Como você costuma se divertir?
30. Você faz parte de algum grupo? De igreja, de trabalho, de esporte, de música, de jovens, de estudo, cultural?
40. Como você e sua família festejam o natal?

4. PERCEPÇÃO DO MEIO RURAL:

1. Você mora no meio rural?
SIM: Quais os benefícios? Quais os principais problemas?
NÃO: Quais as principais diferenças entre a cidade e o rural?
2. O que você gostaria que mudasse aqui, na sua cidade? Porque?
3. Como isso seria possível?
4. Você se envolve em alguma organização, ou evento que discute os problemas da cidade? Qual? Como é?
5. Você acha possível, os jovens da cidade se mobilizarem e se organizarem para tentar conquistar melhorias para cidade? Qual seria o caminho para isso?
6. Você acha que contribui, de alguma forma, para melhorias na sua rua, no seu bairro, na sua cidade, ou mesmo para os jovens? Fale um pouco sobre isso
7. Existe alguma organização de juventude na sua cidade? Você faz parte? Se sim porque você quis participar?
8. Como você definiria as pessoas do seu município? Quais as principais características delas?
9. Você pretende continuar morando aqui?
10. Você frequenta a Casa das Juventudes? O que faz lá? Qual a função da casa? Você acha que essa função é cumprida?

5. JOVEM ADC:

1. Na sua opinião, o que significa ser jovem ADC?
2. Qual ou quais a (s) principal (ais) diferenças entre um jovem ADC e um jovem que não é ADC?
3. O que você, como jovem ADC, já fez ou vem fazendo, que não faria se não fosse ADC? Você pode me contar um acontecimento?

4. O que mudou em sua vida após o curso de ADC
5. Outras pessoas perceberam diferenças em você depois do curso de formação de ADC? Quem? O que diziam? Você concorda?
6. Na sua opinião, o curso de ADC teve uma influência maior na sua vida pessoal ou profissional? Explique.
7. Quais são seus planos para o futuro?

ANEXOS

Anexo A: Tabela – Categoria juventude, ano e problemática.

Período	Categorias	Problemáticas e temas associados
1960 – 1995	Jovens rurais, trabalho infanto-juvenil e educação rural.	Evasão escolar, êxodo rural, trabalho rural
1995 – 1999	Jovens do interior, jovens assentados, jovens sem-terra, juventude e agricultura familiar, aluno trabalhador rural, êxodo rural e pluriatividade	Mudança social; assentamentos rurais; MST; crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar; relação campo-cidade.
2000 – 2007	Jovens rurais, adolescentes do MST, filhos de agricultores familiares, jovens agricultores, jovens assentados, juventude camponesa, juventude no meio rural, jovens do interior, jovens migrantes, jovens rurais militantes, geração, gênero, sucessão hereditária, alunos assentados, educação de jovens e adultos, Pronera.	Migração, êxodo rural, assentamentos rurais; MST, crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar, relação campo-cidade, geração

Fonte: CASTRO, Elisa Guaraná. (et al.), 2009.

Anexo B: Fotos dos jovens ADC

Ilustração 1. Foto de alguns ADCs reunidos para realizar uma atividade.



Fonte: Daiana Borba

Ilustração 2. Fotos dos ADC em atividade



FONTE: Giral



FONTE: Giral

Ilustração 3. Foto de alguns ADCs com a farda do projeto.



Fonte: Daiana Borba